

# Mátria



*A emancipação da mulher*

**VIOLÊNCIA**

**A melhor defesa  
é a denúncia**

PÁG. 2

**MERCADO DE TRABALHO**

**Elas estão  
por toda parte**

PÁG. 11

**ENCARTE TEÓRICO**

**Educação  
inclusiva**

PÁG. 19

**BENEFÍCIO**

**O Bolsa é das  
mulheres**

PÁG. 36



**MAIS  
FUTURO**

**PARA AS MULHERES**

PÁG. 24

**EDIÇÃO ESPECIAL**

**10 ANOS**



Capa: Amanda M. Viana de Almeida  
Foto: Janaína Miranda  
Edição Digital: Bruno Soares

EDITORIAL

1  **Valeu a pena**

Diretoria Executiva da CNTE

ARTIGOS

9  **Nem só de droga vive o tráfico**

Vanessa Graziotin

15  **A luta das mulheres e a reforma política**

Liêgo Rocha

19 **ENCARTE TEÓRICO**  
 **Por uma educação inclusiva e cidadã**

Tereza Leitão

39  **Autonomia econômica e igualdade no trabalho com inclusão social**

Rosane da Silva

45  **Antes que seja tarde**

Ísis Tavares Neves

51  **Equilíbrio hormonal e antienvelhecimento**


Marganta Rhauen Ubaldo

REPORTAGENS

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

2  **Quem ama não bate**

TRÁFICO DE PESSOAS

5  **Passaporte para a exploração**


Cristina Sena

MERCADO DE TRABALHO

11  **Agora é que são elas!**

Katia Maia

EQUIDADE DE GÊNERO

17  **O mundo segundo Michelle**

MULHERES NO MUNDO

24  **Um futuro para Amanda**

Katia Maia, Rilton Pimentel e Ana Paula Messeder

MULHERES NO PODER

30  **O olhar de Dilma**

PERFIL


34  **Uma feminista histórica na SPM**

MULHERES EMPREENDEDORAS

36  **O toque feminino faz a diferença**

Ana Paula Domingues


CONFERÊNCIA DE MULHERES

41  **A hora e a vez da voz feminina**

MULHER NA MÍDIA

43  **Um objeto chamado mulher**

MULHERES NEGRAS

47  **Igualdade fora do tom**

SAÚDE

49  **Câncer: Um mal desnecessário**

Katia Maia

EDUCAÇÃO

53  **Não dá para comparar**

Ana Paula Domingues e Rilton Pimentel

FINANÇAS


56  **Mais com menos**

Rilton Pimentel

MÁTRIA 10 ANOS

58  **Geucilene e Maria Ivete**

HOMENAGEM

60  **O show de todo artista tem que continuar...**

MÁTRIA: a emancipação da mulher / Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) – ano 10 (mar. 2011/mar. 2012) – Brasília: CNTE, 2003- Anual. ISSN 1980-8984

1. Direitos da mulher; 2. Gênero; 3. Feminismo; 1. Título; II. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

CDD 305.42  
CDU 396(05)

Bibliotecária: Cristina S. de Almeida CRB 1/1817

61  **GIRO PELO BRASIL**

62  **INTERAGINDO**



# Valeu a pena



**H**á dez anos a CNTE tomou a decisão de dar mais visibilidade a sua política de gênero, que é transversal a todas as atividades da Confederação. Nascia a Revista Mátria. Ao longo dessa década, a Mátria acompanhou a transformação do Brasil e do mundo. Testemunhou as mudanças, os obstáculos e os avanços que surgiram na histórica luta das mulheres por melhores condições de vida, igualdade e justiça social.

Muito se percorreu e muito se conquistou. Por todo o caminho presenciávamos a adoção de instrumentos importantes de apoio, como a Lei Maria da Penha que, em 2006, criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra as mulheres.

Na época, elas denunciavam menos, tinham medo, vergonha pela agressão sofrida. Hoje, estão mais fortes e conscientes de seus direitos e do seu poder. Contam com delegacias especializadas em todo o país e, embora as estatísticas registrem um aumento no número de agressões sofridas, o que realmente mais cresceu foi a segurança que as mulheres sentem em denunciar.

O Brasil também se tornou, nessa última década, um país menos desigual para a sua população em geral e esse avanço é motivo de reconhecimento em todo o mundo. Hoje somos vistos como uma economia forte (a 6ª do planeta) e as conquistas sociais e de gênero são visíveis. A própria diretora executiva da ONU Mulheres, Michelle Bachelet, fez questão de destacar, quando esteve no país, que 30 milhões de mulheres e homens saíram da pobreza e entraram para a classe média.

Com mais igualdade, aumentou a presença feminina nos postos de comando e liderança. Há dez anos o governo contava com apenas 4 ministras. Uma delas, Dilma Rousseff, tornou-se em 2011 a primeira presidenta do país e hoje comanda um conjunto de 38 ministérios, sendo que 10 pastas são lideradas por mulheres.

Hoje, ao completar dez anos de vida, a Revista Mátria traz na capa a jovem Amanda. Também com 10 anos de idade, ela tem no futuro a esperança de dias menos desiguais e mais justos. Assim como a Revista Mátria, que nasceu como “complemento e antítese de pátria. Pátria, de pai; mátria, de mãe. Pátria da moeda e da espada; mátria da inclusão e da igualdade”.

E como dissemos em nosso primeiro editorial, quando ainda estávamos nossas primeiras páginas, este é o verdadeiro sentido da luta da mulher pela igualdade de direitos. Fazer com que o mundo seja um lugar onde, como no coração de uma mãe, todos tenham espaço, vez, voz e sejam tratados com justiça e igualdade de oportunidades. Que venham outras décadas pela frente.

Boa leitura!

Diretoria Executiva da CNTE



# Quem ama não bate

Além da violência física, a violência psicológica fragiliza as mulheres, impedindo-as de denunciar os agressores

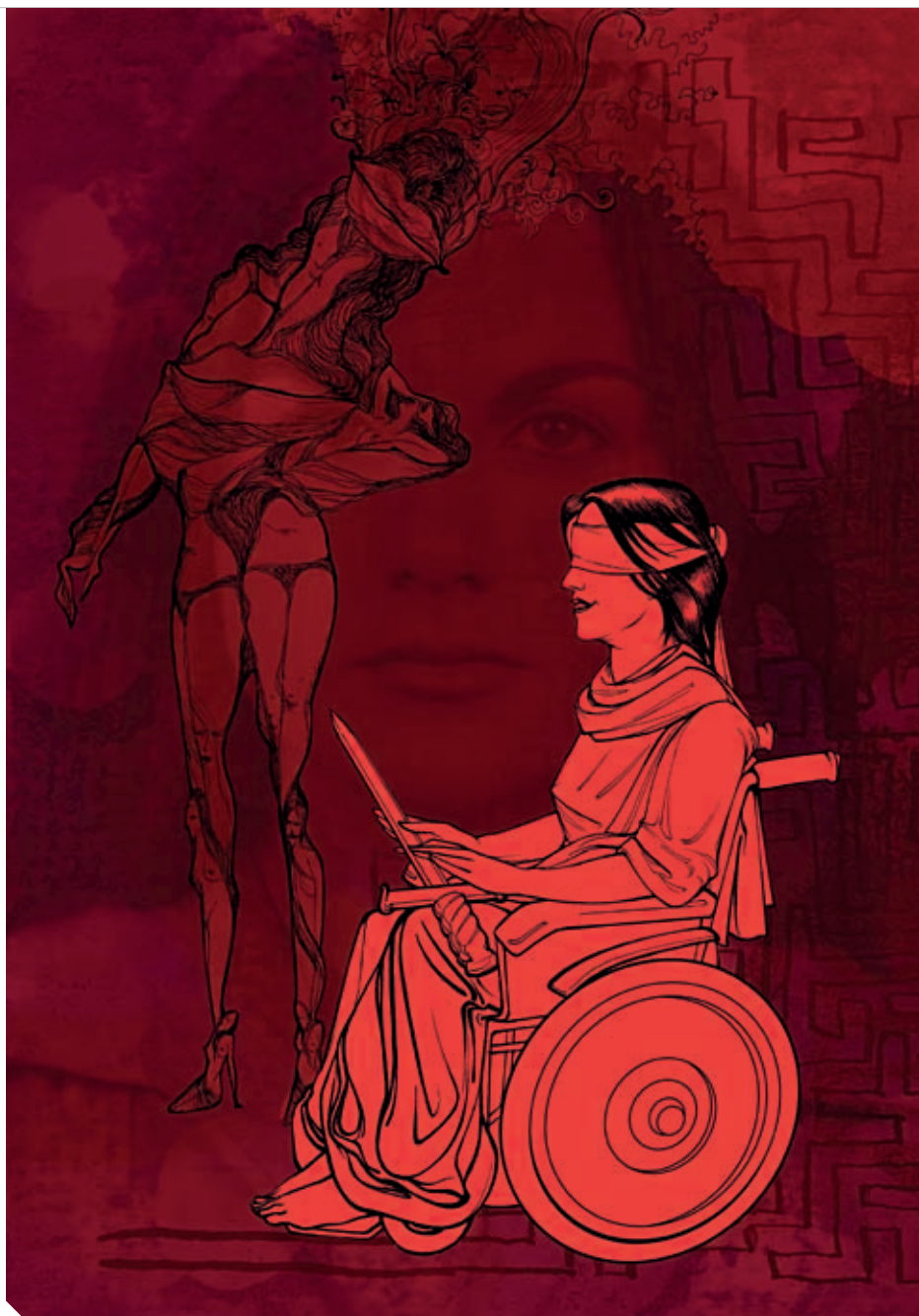


Ilustração: Chico Reis

**Q**uando percebeu o momento de distração de seu companheiro, correu e pediu ajuda no Centro de Saúde mais próximo. Foi assim que Tatiana (nome fictício) conseguiu escapar do seu algoz – o companheiro com quem vivia há nove meses e que tinha o hábito de espancá-la toda vez que sentia ciúmes.

Quando fugiu do seu cárcere pessoal, Tatiana estava com o rosto

todo machucado, desfigurado e tinha levado uma facada na perna. Os ferimentos foram causados pelo seu companheiro, que, nos últimos quatro dias, batia nela seguidamente.

A história de Tatiana, infelizmente, não é fato isolado nem novidade no Brasil. Dados da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 – do Governo Federal revelam que, de abril de 2006 (quando foi lançado) a outubro de 2011, foram registrados mais

de dois milhões de atendimentos (2.188.836), com relatos de violência contra a mulher.

De janeiro a outubro de 2011, foram mais de 530 mil ligações. No período, foram registrados 58.512 relatos de violência. Desse total, 35.891 de violência física; 14.015 de violência psicológica; 6.369 de violência moral; 959 de violência patrimonial; 1.014 de violência sexual; 264 de cárcere privado; e 31 de tráfico de mulheres.



**Violência psicológica** – Tatiana se enquadra no perfil de quem sofre violência física e psicológica. Ela conheceu o seu companheiro e se apaixonou. Por conta desse amor deixou uma vida estruturada para trás. Mãe de três filhos, com 30 anos, “trabalhava numa farmácia, cursava enfermagem e morava com meus filhos e minha mãe; mas me apaixonei e passei a morar na rua com ele”, conta.

Em pouco tempo, o relacionamento revelou a sua face mais cruel. “Ele tinha muito ciúme. O fato de eu ter largado tudo deixava-o intrigado, desconfiava de tudo e de todos”, relata Tatiana, que logo tenta justificar: “fui morar com ele porque fui obrigada”.

Segundo ela, o companheiro, que era um foragido da polícia do Rio Grande do Sul, passou a usar a violência psicológica para “me segurar ao lado dele”. Foram nove meses de vida nas ruas “sem tomar banho, sem escovar os dentes e sem lugar para ficar”, recorda-se.

Para a então ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Iriny Lopes, a violência psicológica é uma das piores. Silenciosa, não aparece e não deixa marca, mas colabora muito para aumentar a baixa estima da mulher e faz com que elas não procurem ajuda.

“A partir da tipificação da violência pela Lei Maria da Penha, as mulheres começaram a perceber que os xingamentos e pressões de ordem moral mexem com sua ‘psique’ e as tornam vulneráveis às doenças de origem emocional”, explica a ministra.

Em 74% dos casos relatados no Disque Denúncia, a violência foi cometida por homens com os quais as vítimas possuíam vínculos afetivos. Os números mostram ainda que 66% dos filhos presenciam a violência e 20% sofrem violência junto com a mãe.



*Tatiana buscou ajuda no Centro de Referência de Atendimento às Mulheres*

Foto: Katia Maia

A boa notícia é que, de acordo com a então ministra Iriny Lopes, em cinco anos de vigência da Lei Maria da Penha, houve cem mil julgamentos de crimes cometidos contra a mulher e dez mil agressores foram presos em flagrante. “Os números são animadores. Embora o assunto seja sério e a gente tenha pressa de resolver. Não precisamos inventar leis novas, porque as leis que estão aí dão conta. O que precisa é que as autoridades assumam,

efetivamente, as suas responsabilidades”, disse Iriny.

**Casa Abrigo** - Tatiana pediu ajuda e, depois de ter os ferimentos tratados, foi encaminhada para a Delegacia da Mulher, registrou ocorrência contra o companheiro e foi conduzida para a Casa Abrigo do Distrito Federal, onde morava há duas semanas.

Por motivo de segurança, a conversa com Tatiana aconteceu em um dia de visita no Centro de

Referência da Mulher do DF. Um lugar longe da Casa Abrigo, que tem sua localização sob sigilo.

“Quando saio da Casa Abrigo para me encontrar com minha mãe, tenho medo. O mundo aqui do lado de fora me dá pânico. Tenho medo de encontrá-lo na rua. Os moradores de rua me conhecem, temo que me vejam e falem para ele”, diz.

**Prejuízo econômico** - A história de Tatiana reflete outro lado perverso da violência contra as mulheres: o econômico. Por causa das agressões sofridas, muitas trabalhadoras são afastadas de sua atividade produtiva. Tatiana parou de trabalhar e de estudar. Foi drasticamente suprimida de sua vida profissional.

Dados do Banco Mundial e do Banco Interamericano de

Desenvolvimento revelam que um em cada cinco dias de falta ao trabalho no mundo é causado pela violência sofrida por mulheres dentro de suas casas e a cada cinco anos a mulher perde um ano de vida saudável se sofre violência doméstica.

Segundo o Banco Mundial, nos países em desenvolvimento, estima-se que entre 5% e 16% de anos de vida saudável são perdidos pelas mulheres em idade reprodutiva, como resultado da violência doméstica.

Longe dos filhos e da família, Tatiana tenta reestruturar sua vida. As feridas da violência física ainda estão bem abertas em sua mente. “Estou tomando remédios controlados para tentar aguentar”, desabafa. Até o fechamento da revista, o companheiro dela continuava foragido.

## Há dez anos »

Uma mulher é agredida no país a cada 4 minutos; 70% da violência contra a mulher é praticada dentro dos lares; 63% das vítimas de violência no espaço doméstico são mulheres; 65% das agressões são praticadas por integrantes do próprio núcleo familiar, sendo que maridos e companheiros são 70% dos casos.

Fonte: OMS e governo do RJ

## Hoje »

A cada duas horas, uma mulher é assassinada no Brasil; seis em cada dez brasileiros conhecem alguma mulher que foi vítima de violência doméstica; 30% das mulheres brasileiras já sofreram algum tipo de violência doméstica; a cada dois minutos, cinco mulheres são violentamente agredidas no Brasil.

Fonte - SPM

## Pelo Mundo // // // //

A violência contra a mulher não é vergonha de um país, um povo ou uma nação apenas. Ela está espalhada pelo mundo. Os motivos são os mais variados possíveis.

Em Bangladesh, Rafiqul Islam, de 30 anos, cortou em dezembro de 2011, os dedos da mão direita de sua esposa Hawa Akther, 21, depois de descobrir que ela estava estudando sem a permissão dele. Os médicos não conseguiram salvar os dedos.

No Irã, as autoridades de Teerã mantêm o plano de executar Sakineh Mohammadi Ashtiani, sentenciada à morte por apedrejamento após ter sido acusada de adultério e homicídio do marido. A justiça do Irã estuda utilizar como pena o enforcamento. Ela foi condenada em 2006, mas a execução da sentença foi suspensa em 2010, depois que a comunidade internacional criticou duramente a decisão. Sakineh admitiu o “crime” após levar 99 chibatadas.

Nos Estados Unidos, um estudo do governo americano sobre estupro e violência doméstica revelou que cerca de uma em cada cinco mulheres, ou 20% das entrevistadas, foi estuprada ou sofreu tentativa de estupro em algum momento de sua vida. Uma em quatro já apanhou do parceiro e uma em seis foi perseguida por algum homem, segundo o documento.





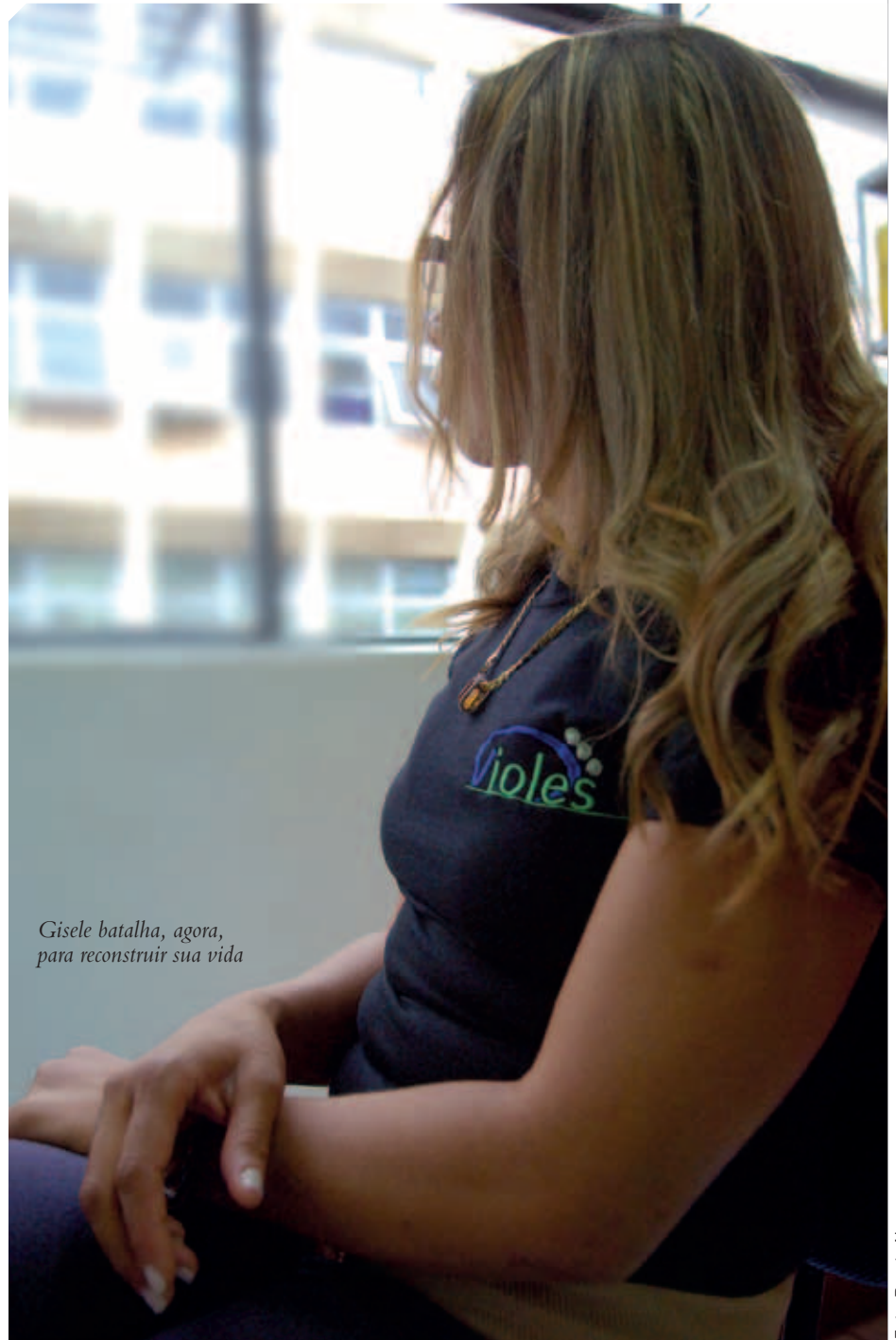
# Passaporte para a exploração

Mulheres e meninas ainda são as principais vítimas do terceiro crime mais rentável do mundo. Cerca de 10% dos US\$ 30 bilhões passam pelo Brasil

Cristina Sena

**U**ma menina bonita e de formas sinuosas vende planos de saúde nas ruas de Goiânia. Extrovertida e bem humorada, faz amizades e chama a atenção. Seu objetivo é conseguir um emprego melhor para ajudar a família. Um dia, a menina conhece uma mulher que chegou há pouco da Europa e lhe mostra os carros e a casa que conseguiu comprar com os euros guardados. Ela convence Gisele (nome fictício), 18 anos, a trabalhar em um restaurante na Espanha que rapidamente transforma-se em clube de prostituição. Em vez de comida, ela vende e usa drogas. Depois de muitas ameaças de morte, consegue fugir. Antes, no entanto, vê outras meninas tentando se matar por terem se apaixonado pelo homem errado ou presas a dívidas que nunca poderão pagar. A história não é novidade e continua a se repetir. E, apesar dos avanços no Brasil, desde a implementação do I Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, ainda existem muitas barreiras a transpor.

Um crime nebuloso, de caráter transnacional, que envolve quadrilhas também relacionadas ao tráfico de drogas e que movimentava anualmente US\$ 30 bilhões no mundo, de acordo com a Organização das Nações Unidas. Quase 10% desse valor passa pelo Brasil. Cerca de



*Gisele batalha, agora, para reconstruir sua vida*

520 municípios brasileiros integram rotas de tráfico nacional e internacional de pessoas. A grande maioria dos casos – 79% – tem como objetivo a exploração sexual. São meninas de baixa renda, algumas já com filhos para sustentar, que sonham em ganhar em euro, mesmo que, para isso, tenham que se afastar de suas famílias e de sua terra. Muitas sabem que vão ingressar no mercado do sexo. O que elas desconhecem é a situação degradante em que esse trabalho será exercido. “As meninas pagam 80, 100 euros para estarem nos clubes todos os dias e não ganham isso. Ela ainda vai pagar a passagem. Com certeza vai ficar endividada. Ou foge dali ou é mandada de volta para o Brasil”, relata Gisele.

A porta de entrada de Gisele na Espanha foi Bilbao, capital de

Vizcaia, província do País Basco. Seis meses depois estava em Madrid, onde continuou vendendo drogas às meninas que trabalhavam em boates e discotecas como dançarinas e acompanhantes. Em menos de um ano ela voltou ao Brasil. Casou-se, teve dois filhos. Mas, com o falecimento do pai, ela retornou à Espanha. Lá, se apaixonou novamente e teve uma filha. Ela pouco fala dessa segunda viagem. Apenas conta que os espanhóis, quando se apaixonam, perdem o controle. “Eles são assim, quando querem mesmo uma mulher e ela não se decide, a trancam em um carro e saem a 140 quilômetros por hora, quase batendo. Dão o maior susto nela”, recorda.

O caso de Gisele é considerado emblemático entre os levantados pela pesquisa *Mulheres Brasileiras*

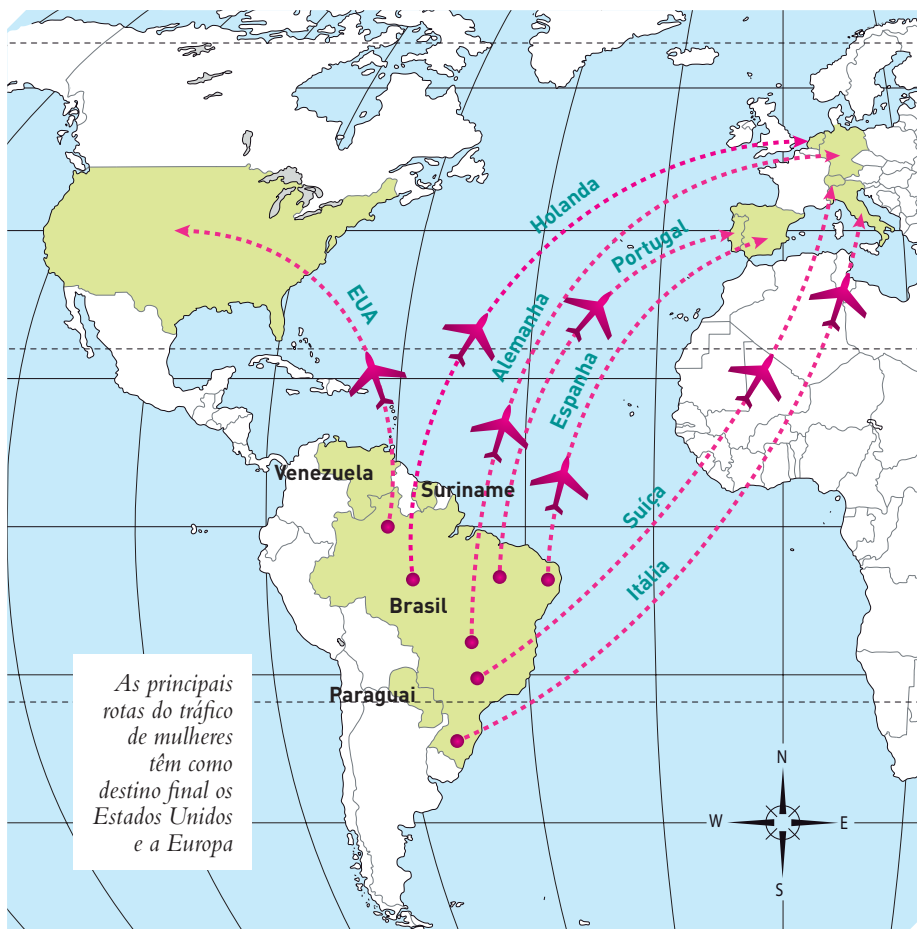
na *Conexão Ibérica: Estudo Comparado entre Tráfico e Migração Irregular*. O projeto foi desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa sobre Tráfico de Pessoas, Violência e Exploração Sexual de Mulheres, Crianças e Adolescentes (Violes), da Universidade de Brasília (UnB), e está em fase de conclusão. “Através dela, nós chegamos aos motéis de Goiânia, na saída para São Paulo. Conversamos com 17 mulheres. Delas, nove já tinham migrado internacionalmente”, detalha a pesquisadora Marleide Gomes, do Violes.

Foram fins de semana de entrevista, em contato direto com as vítimas do tráfico. Uma delas se destacou. “Nós tivemos oito encontros que duraram o dia inteiro. Às vezes ela ficava calada por duas horas. É muito difícil. São meninas de beleza incrível, que voltam sem qualquer esperança”, lembra Marleide.

### A volta para casa

E se fora do país essas mulheres estão expostas à violência física, psicológica e sexual, quando retornam são acolhidas por uma rede de atendimento que, apesar dos avanços, ainda não está plenamente preparada para recebê-las. Em vigor desde 2008, o Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas criou núcleos e postos avançados de atendimento às vítimas. Goiás, Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco Pará e Acre são os estados que contam com os Núcleos de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP). Esses núcleos têm como função encaminhar os recém-chegados aos serviços Jurídico, de Saúde e de Assistência Social, bem como atuar na prevenção.

No entanto, de acordo com especialistas do Violes, ainda há muito a melhorar. O grupo de





estudo da UnB participou da avaliação do I Plano Nacional, que continha 800 metas a serem cumpridas em dois anos. “Uma das metas não cumpridas era capacitar pessoas para entenderem e intervirem na questão do tráfico. Atendimento genérico não resolve. As vítimas querem ser ouvidas, mas com respeito”, declara Marleide Gomes. Para a pesquisadora Fátima Leal, faltam iniciativas de reinserção social. “Elas (vítimas) sentem dificuldade, não têm a quem recorrer. Os núcleos e postos avançados não dão conta de suprir todos os níveis de proteção que essas mulheres necessitam, falta intersetorialidade, atendimento de saúde, qualificação e inserção profissional”, analisa. “Eu ouço relatos de funcionários de postos em que chegou uma pessoa num voo de madrugada e o posto não tinha para onde mandar aquela pessoa dormir. Tal abrigo não aceitou, tal abrigo não funciona à noite, é fim de semana e não tem ninguém para receber. Além de especializar pessoas, tem que especializar a estrutura também”, complementa Marleide.

**Esporte** - O II Plano Nacional está em fase de elaboração e também contou com a colaboração do Violes. O objetivo agora é preparar o país para a Copa do Mundo de 2014 e para os Jogos Olímpicos, bem como enfrentar o tráfico de estrangeiros para o Brasil e o tráfico interestadual.

A vinda de mais turistas estrangeiros para o Brasil pode movimentar o mercado da exploração sexual, principalmente nas cidades-sede dos eventos. O tráfico interestadual, por sua vez, é mais comum para fins de exploração sexual de crianças e adolescentes e para mão de obra escrava de adultos,



Marleide Gomes, do Violes, revela a rota do tráfico de pessoas no Centro-oeste

de meninos e de meninas. Brasília, por exemplo, é uma das sedes da Copa e, por isso, terá, a partir desse ano, um NETP. Até pouco tempo, a capital federal era conhecida como porta de saída para outros países, devido ao Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek, mas já há indícios de mulheres de municípios goianos do entorno, como Valparaíso e Luziânia, e mesmo do Distrito Federal, enviadas para fora. São relatos de garotas e travestis que dizem

ter recebido convites para trabalho na Europa.

**Domésticos** - Meninos e meninas são as principais vítimas do tráfico interestadual. Como os “coiotes” encontram dificuldades, devido à proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), para sair do Brasil com menores de idade, esses acabam sendo levadas para outros municípios ou estados. Trabalham como empregados domésticos ou mesmo são

explorados sexualmente. A punição do tráfico, no entanto, esbarra no desconhecimento das características do crime. Um levantamento com dados dos Conselhos Tutelares do DF, a pedido do NETP local, mostrou que não houve registros de tráfico de crianças e adolescentes em 2011. Em contrapartida, foram registrados 237 casos de exploração sexual. “São crimes correlacionados e fáceis de confundir. Nosso primeiro desafio será qualificar as pessoas que trabalham com populações vulneráveis”, explica Martha Helena, coordenadora do Núcleo de Brasília.

### Falta punição

A falta de informações estimulou a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito no Senado em abril de 2011. O relatório parcial divulgado em dezembro aponta

a necessidade de mudar a legislação penal para garantir a punição dos traficantes. Apenas os artigos 231 e 231-A do Código versam sobre o tema, tratando apenas do envio de brasileiros ao exterior para outros estados ou municípios, com fins de exploração sexual. Não há dispositivo que trate do trabalho escravo ou da remoção de órgãos.

Em todo o ano de 2011, apenas 54 inquéritos foram instalados em todo o país pela Polícia Federal. Dificuldade para mapear as rotas e invisibilidade do crime, que é pouco denunciado por vítimas e familiares são as principais razões, de acordo com a PF para que haja mais investigações. Desde 1990, foram instaurados 867 inquéritos policiais – desses, 158 ocorreram em Goiás.

O caso de Gisele, aliciada em Goiânia, não está entre os que receberam punição. Ela nunca mais viu

a mulher que a aliciou, mas conhece várias meninas com histórias semelhantes. Agora sua batalha diária é para reconstruir a própria vida e conviver com seus traumas.

### Há dez anos »

**Mais de 700.000 pessoas eram traficadas por ano com o propósito de exploração sexual e trabalho forçado**

Fonte: CECRIA – Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes.

### Hoje »

**Estima-se que 2,5 milhões de pessoas sejam vítimas do tráfico em todo o mundo**

Fonte: ONU

## Escravidão está na moda



Foto: Divulgação

Alimentados pelo crescimento econômico do Brasil e sob promessas de bons empregos e prosperidade financeira, bolivianos, chilenos, venezuelanos, haítianos desembarcam cada vez mais no país, assim como crescem as denúncias de utilização de mão de obra escrava na construção civil e nas confecções de

roupas. O caso mais emblemático foi o da marca de roupas Zara. Em agosto de 2011, três oficinas que faziam roupas para a empresa foram acusadas de manter, na zona norte de São Paulo, 16 trabalhadores sul-americanos – 15 bolivianos – em situação irregular. Representantes da marca tiveram de depor na CPI do Tráfico de Pessoas, em outubro de 2011. A Zara fez um acordo com o Ministério Público do Trabalho, com pagamento de multa inicial de R\$ 50 mil e comprometimento de maior rigor na fiscalização.

Em dezembro de 2011, havia 294 empresas inscritas na chamada lista suja do trabalho escravo. O cadastro é mantido pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Muitas vítimas são aliciadas com promessas de bons salários e boas condições de trabalho. No entanto, são mantidas como escravas, com cargas horárias exaustivas, sob cárcere privado, além de não receberem remuneração, sob pretexto de custos com a manutenção, como moradia, alimentação, entre outros.



# Nem só de droga vive o tráfico



**Vanessa  
Grazziotin**

Senadora

**U**m dos maiores desafios que enfrentei ao tomar posse para uma vaga no Senado Federal, no ano passado, foi assumir a presidência da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga as causas, consequências, rotas e responsáveis pelo tráfico nacional e internacional de pessoas, no Brasil.

Em dezembro do ano passado, após ter colhido informações e depoimentos constatei que o tráfico de mulheres está em grande expansão. Os principais destinos das brasileiras vítimas de tráfico, de acordo com o relatório, são Espanha (36%) e Portugal (20%). No relatório apresentado pela senadora Marinor Brito (Psol/PA), foi sugerido um projeto de lei para enfrentar o problema e uma série de recomendações ao governo federal, ao Congresso Nacional e ao Ministério Público.

Também em dezembro do ano passado, nós duas sugerimos ao ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e membro da Comissão Especial de Juristas para Reforma do Código Penal, Gilson Dipp, uma proposta que altera o Código, tipificando o crime de tráfico de pessoas.

A proposta conceitua o crime como: “agenciar, aliciar, transportar, transferir, alugar ou acolher pessoas, por meio de ameaça, coação ou qualquer forma de violência, sequestro ou cárcere privado, fraude, engano, abuso de autoridade ou prevalendo-se de relações domésticas, de coabitação, de hospitalidade, de contrato ou de situação de vulnerabilidade, independentemente de entrega ou pagamento de valores ou benefícios, com o fim de promover ou facilitar a sua entrada em território nacional, ou a sua saída para o exterior, para exercer a

prostituição ou outra forma de exploração sexual, trabalhar ou prestar qualquer forma de serviço, forçado ou não, ou ter órgão, tecido ou parte do corpo humano removidos”.

De acordo com a proposta, a pena prevista para o crime é reclusão de quatro a 10 anos. Será aumentada pela metade se a vítima for menor de 18 anos, ou se por enfermidade, deficiência mental ou qualquer situação ou condição específica não possuir discernimento necessário do fato.

Lembro-me que na ocasião, o ministro ressaltou a importância do trabalho da CPI, agradeceu as propostas para reforma do Código e disse que a Comissão dará a mais efetiva atenção a elas. Ele ressaltou que a tipificação do crime é fundamental, mas para o enfrentamento do problema surtir efeito, tem que vir acrescida de vontade política e integração de todos os organismos nacionais.

Esta mudança no código penal vigente é primordial para que assim, nós tenhamos mecanismos para reverter o alarmante quadro e principalmente para que a justiça e as autoridades policiais possam conseguir reunir os números exatos sobre o tema.

Atualmente há uma discrepância entre o que o protocolo adicional à Convenção das Nações Unidas contra o crime organizado e o nosso código penal. De acordo com a ONU, a expressão “tráfico de pessoas” significa o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou

**Os principais destinos das brasileiras vítimas de tráfico, de acordo com o relatório, são Espanha (36%) e Portugal (20%)**

benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos.

O artigo 231 do Código Penal Brasileiro tipifica como crime de tráfico internacional de pessoas “Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de alguém que nele venha a exercer a prostituição ou outra forma de exploração sexual, ou a saída de alguém que vá exercê-la no estrangeiro” com pena de reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos.

Ainda, de acordo com o Código, se a vítima for menor de 18 anos e por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato ou se o agente é ascendente, padrasto, madrastra, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou se assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância ou ainda houver o emprego de violência, grave ameaça ou fraude a pena aumenta a metade do tempo, anteriormente, designado pelo juiz.

Eu acredito que trazer o delicado tema do tráfico nacional e internacional de pessoas para que ele seja debatido no senado, na mídia e no meio jurídico foi

fundamental para alcançarmos as mudanças necessárias e combater este crime. Afinal, este é um problema grave que envolve muitas vidas e tem consequências trágicas para milhares de famílias brasileiras e não pode continuar sendo tratado sem a relevância que merece.

O tráfico de pessoas é um problema global que tem requerido respostas para prevenir e controlar tanto a oferta quanto a demanda por serviços prestados pelas vítimas. No mundo todo, especialmente em países

em desenvolvimento, centenas de homens, mulheres e crianças são traficados ilegalmente. São atraídos pela expectativa de uma vida melhor, de trabalho bem remunerado em outros países, geralmente aqueles mais ricos.

A maior parte das vítimas é de mulheres e crianças, muitas recrutadas por falsos anúncios, falsas promessas ou encontros casuais, ou ainda mesmo traficadas cientes da situação. No caso das crianças, muitas são forçadas, vendidas à escravidão sexual por famílias pobres, ou

até raptadas para o tráfico e exploração.

A questão de gênero tem um forte componente nesse crime. Paralelamente a ela, questões sociais, econômicas e falta de oportunidades também são ingredientes dos tráficos internacional e interno de pessoas, um crime que põe em risco os direitos humanos fundamentais. O resultado é que pessoas são forçadas a viver e trabalhar ilegalmente em países estrangeiros, em atividades ligadas à prostituição ou em outras ações criminosas.

## Trazer o tema do tráfico de pessoas para debate no senado, na mídia e no meio jurídico foi fundamental para combater este crime

### Tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual

**Art. 231.** Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de alguém que nele venha a exercer a prostituição ou outra forma de exploração sexual, ou a saída de alguém que vá exercê-la no estrangeiro.

Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos.

§ 1º Incorre na mesma pena aquele que agenciar, aliciar ou comprar a pessoa traficada, assim como, tendo conhecimento dessa condição, transportá-la, transferi-la ou alojá-la.

§ 2º A pena é aumentada da metade se:

- I - a vítima é menor de 18 (dezoito) anos;
- II - a vítima, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato;
- III - se o agente é ascendente, padrasto, madrastra, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou se assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância; ou
- IV - há emprego de violência, grave ameaça ou fraude.

§ 3º Se o crime é cometido com o fim de obter vantagem econômica, aplica-se também multa.

### Tráfico interno de pessoa para fim de exploração sexual

**Art. 231-A.** Promover ou facilitar o deslocamento de alguém dentro do território nacional para o exercício da prostituição ou outra forma de exploração sexual:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos.

§ 1º Incorre na mesma pena aquele que agenciar, aliciar, vender ou comprar a pessoa traficada, assim como, tendo conhecimento dessa condição, transportá-la, transferi-la ou alojá-la.

§ 2º A pena é aumentada da metade se:

- I - a vítima é menor de 18 (dezoito) anos;
- II - a vítima, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato;
- III - se o agente é ascendente, padrasto, madrastra, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou se assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância; ou
- IV - há emprego de violência, grave ameaça ou fraude.

§ 3º Se o crime é cometido com o fim de obter vantagem econômica, aplica-se também multa.

Fonte: Código Penal Brasileiro





Foto: www.istockphoto.com

# Agora é que são elas!

**Katia Maia**

**A**s mulheres chegaram lá. Mas, como diria o cantor e compositor brasileiro Zé Geraldo: “a estrada é longa e falta muito pra chegar”. A trajetória feminina ao longo dos anos no Brasil e no mundo reflete bem o que é a luta pela igualdade de gênero e o que ainda é preciso acontecer para que de fato ela exista.

O Brasil está repleto de exemplos de mulheres que pouco a pouco, conquistam espaços notadamente masculinos comprovando que capacidade e competência independem de gênero, raça, cor ou credo.

Desde o dia 1º de janeiro de 2011, o país está sob o comando de uma mulher, eleita democraticamente e que já em seu discurso de posse, assumiu com as mulheres o compromisso de abrir portas para que muitas outras também possam, no futuro, ser presidentas. Naquele dia, a presidenta Dilma Rousseff conclamou que “todas as mulheres brasileiras sintam o orgulho e a alegria de ser mulher”, disse.

Um ano depois, as mulheres refletem sobre o que mudou e o que ainda precisa avançar em seus direitos e deveres.

A igualdade de gêneros gradativamente avança e conquista novos patamares. “A mulher hoje está presente em todos os espaços de poder do mundo moderno”, avalia o cientista político da Universidade de Brasília (UnB) Octaciano Nogueira.

Para ele, a presença de mulheres ocupando posições estratégicas e assumindo papéis importantes não é mais novidade e resulta de um reordenamento da sociedade brasileira, que se integra aos demais modelos existentes no mundo. “Hoje não há atividade que não seja acessível às mulheres e isso é um sinal de maturidade”, diz.

### No comando

Andreia Nunes, gerente geral da Unidade Morro Agudo da Votorantim Metais, 37 anos, sabe disso. Engenheira de Mina, casada e mãe de duas filhas, ela ocupa há dois anos e meio o cargo de gerente geral da Unidade Morro Agudo, localizada em Paracatu (MG). Em suas atribuições, o desafio de ter sob sua chefia mais de 500 funcionários, 90% deles do sexo masculino.

“Me sinto orgulhosa em estar em um cargo de liderança, que há alguns anos era ocupado somente pelos homens e percebo que a equipe não tem preconceito pelo fato de eu ser



Andreia lidera mais de 500 funcionários

## 2011 – O ANO DAS MULHERES

### Janeiro

Posse da primeira presidenta do Brasil – **Dilma Rousseff**.

### Fevereiro

Uma mulher, a delegada **Martha Rocha**, assume o comando da Polícia Civil do Rio de Janeiro.

### Março

Mulheres passam a frente dos homens no comando dos negócios com menos de 4 anos. Entre os 18,8 milhões de empreendedores brasileiros 53% são mulheres segundo a *Global Entrepreneurship Monitor*.

### Abril

Entra em vigor na França a lei que proíbe o uso em locais públicos de véus islâmicos que cubram o rosto das mulheres parcial ou totalmente.

### Maiο

Por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu garantir o reconhecimento de união estável entre pessoas do mesmo sexo e estender a parceiros homossexuais direitos hoje previstos a casais heterossexuais.

### Junho

336 jogadoras divididas em 16 seleções disputaram a Copa do Mundo Feminina de Futebol na Alemanha.



mulher. Não há distinção de sexo, raça, cor ou religião”, relata.

Na avaliação dela, hoje o fato de ser mulher e ocupar um cargo tradicionalmente masculino só trouxe vantagens “a começar pelo reconhecimento da capacidade da mulher poder ocupar uma posição de liderança”, ressalta. Para Andreia, “a sensibilidade feminina conjugada com dedicação e empenho pode gerar um ambiente de trabalho mais acolhedor”, afirma.

A verdade é que o Brasil de 2012 tem uma população majoritariamente feminina – 51%, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 4 milhões de mulheres a mais do que homens – “e isso tende a se refletir em todos os segmentos da sociedade”, lembra o professor Octaciano.

### Mais criativas

No poder público federal, as mulheres já ocupam 42% dos postos mais altos da Esplanada dos Ministérios, em Brasília. Embora recebam ainda 11% menos do que os servidores homens, dados do Ministério do Planejamento indicam que a cada ano o salário das servidoras vem se aproximando dos pagos ao contingente masculino. A diferença era de 16% no ano 2000.

O estreitamento dos salários de homens e mulheres tem consequências não só na vida das mulheres, mas influencia também a economia de uma nação. Um estudo da Revista *The Economist* revelou que reduzir a diferença salarial entre homens e mulheres pode influenciar positivamente o

**As mulheres recebem 11% menos que os homens no serviço público e 30% menos na iniciativa privada.**

Fontes: Ministério do Planejamento e SPM

Produto Interno Bruto (PIB) dos países em todo o mundo.

O impacto nos Estados Unidos, por exemplo, seria um incremento de 9% do PIB, de 13% na Zona do Euro e 16% no Japão. Para a economia é bom que essa distância se reduza porque as mulheres passam a ter mais renda, mais poder e consequentemente consomem mais.

Na Europa e nos Estados Unidos, por exemplo, 70% a 80% das

compras domésticas são decididas pelas mulheres e elas têm, também, forte influência sobre as decisões de consumo de bens como carros e computadores, vistos normalmente como artigos masculinos.

Uma série de estudos revela ainda que a presença feminina em cargos de comando está positivamente correlacionada com o desempenho das empresas e possivelmente com os lucros mais elevados. Especialistas acreditam que empresas com maior diversidade de gêneros são mais criativas.

### O salário ó...

Mas, nem tudo são flores, também no mundo corporativo. O estudo da *The Economist* mostrou que os postos de comando das empresas ainda estão preferencialmente nas mãos masculinas e apenas 3% dos altos executivos (CEOs) das 500 empresas pesquisadas são ocupados por mulheres.

Os salários também são menores. Mesmo em cargos idênticos elas ganham um pouco menos do que os homens no início da carreira e essa diferença aumenta com o passar do tempo. Nos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) a diferença atual está em

### Julho

Christine Lagarde torna-se a primeira mulher a assumir o comando do Fundo Monetário Internacional.

A presidenta Dilma Rousseff nomeia uma mulher, **Gleisi Hoffmann**, para um dos postos mais fortes da Esplanada, a Casa Civil.

### Agosto

A paraense **Hidelene Lobato** Bahia, 37 anos, torna-se a primeira mulher à frente de um petroleiro na Marinha Mercante brasileira.

Marcha das Margaridas vai à Brasília reunindo 70 mil mulheres.

### Setembro

A Presidenta Dilma faz história e se torna a primeira mulher a abrir uma Assembleia Geral da ONU.

### Outubro

Prêmio Nobel da Paz é dividido por três mulheres: a presidente da Libéria, **Ellen Johnson Sirleaf**, a ativista **Leyman Gbowee**, também liberiana, e a jornalista e ativista **Tawakkul Karman**, do Iêmen.

### Novembro

A presidente Dilma Rousseff aparece em 22º lugar na lista anual das pessoas mais poderosas do mundo divulgada pela revista norte-americana de negócios *Forbes*.

### Dezembro

3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres reúne cerca de três mil mulheres de diversos setores, organizações e esferas de governo em Brasília.

torno de 18% em média. O estudo avalia porém, que a distância “é muito menos do que se verificava há 40 anos, embora, nos últimos anos a redução tenha parado”.

No Brasil, a própria presidenta tem reafirmado que possui “o compromisso inabalável de aprofundar as políticas de igualdade de gênero no país”. No seu ministério fez questão de colocar mulheres a frente de pastas estratégicas como Casa Civil (Gleisi Hoffman), Planejamento (Miriam Belchior), Relações Institucionais (Ideli Salvatti) e Direitos Humanos (Maria do Rosário), dentre outras.

Dilma reconhece, porém, que a igualdade de gêneros “é uma caminhada de muitos obstáculos e desafios, mas nós estamos avançando e vamos continuar avançando porque não seguimos sozinhas”, garantiu.

### Obstáculos

No campo político, houve um avanço da representação feminina nas legislaturas nos últimos 20 anos. De acordo com as estatísticas da União Interparlamentar, as mulheres atualmente representam

22,7% dos Congressos Americanos, sendo a região com o maior percentual de mulheres em todo o mundo nesse campo depois que os países nórdicos.

O documento parte da premissa de que participar da vida política é um direito humano, avaliando o panorama e traz recomendações a governos e partidos para melhorar o acesso das mulheres a esta esfera e cita as desvantagens socioeconômicas, o desconhecimento de direitos políticos e a persistência da violência de gênero o como principais desafios à participação feminina na política.

Some-se a isto o desconhecimento dos direitos, que afeta principalmente mulheres da zona rural, indígenas e afrodescendentes, que sofrem preconceito de sexo, etnia e raça, disseminado ao longo da história.

“Se tivermos consciência de que a modernização do país passa também pela presença da maioria de mulheres na política, chegou a hora de serem elas também maioria entre os eleitos”, afirma o professor Octaciano.

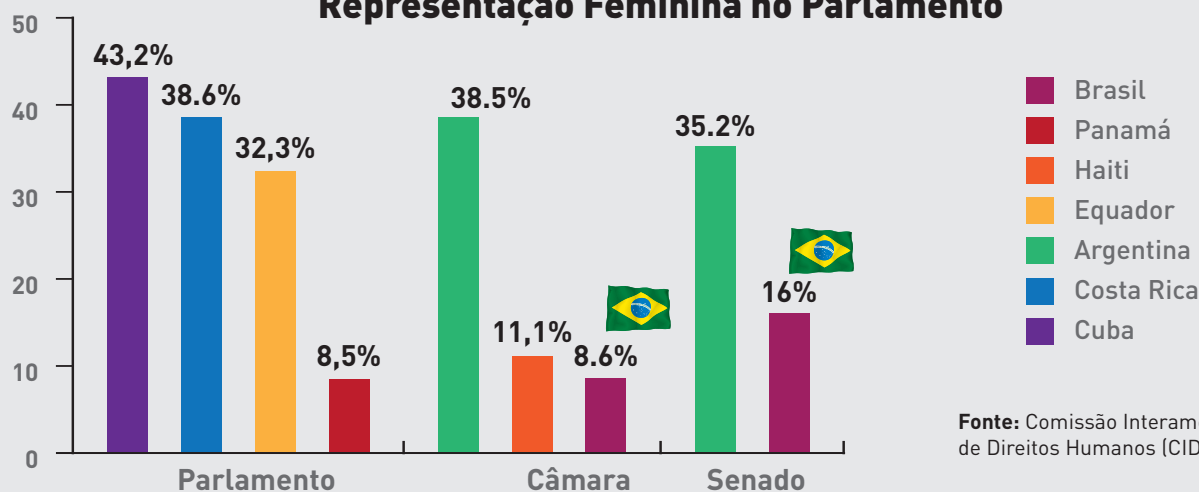
### Há dez anos »

De acordo com os números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada IBGE, o índice de participação da mulher no mercado de trabalho era de 49%, em 2001. São 30.711.000, ou 41% do mercado de trabalho.

### Hoje »

Segundo dados da PNAD/2008 as mulheres hoje significam 44% da População Economicamente Ativa (PEA) do país e 42% da população ocupada. No entanto ganham, em média, 29,7% menos do que os homens.

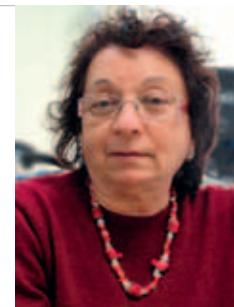
### Representação Feminina no Parlamento



Fonte: Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)



# A luta das mulheres e a reforma política



## Liège Rocha

Secretária Nacional da Mulher/PCdoB e Conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)

**A** eleição da primeira mulher à Presidência da República, no Brasil, tem um significado importante para a luta das mulheres no enfrentamento às desigualdades ainda presentes no seu cotidiano.

A participação política das mulheres está crescendo. Vem desde a conquista do direito ao voto em 1932, passando pela criação dos primeiros Conselhos na década de 1980; da criação das Delegacias de Defesa das Mulheres e outros serviços de combate à violência contra a mulher; registro dos direitos das mulheres e do princípio da igualdade entre homens e mulheres na Constituição brasileira de 1988 até chegar, em 2003, no Governo Lula, com a criação da SPM – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

As mulheres representam 51% da população brasileira; tem um nível de escolaridade superior ao dos homens e já se observa uma queda no índice de analfabetismo; estão próximo de alcançar os 50% da população economicamente ativa, mas ainda recebem 70% do salário dos homens. Elas chefiam 1/3 das famílias brasileiras e a média de filhos é de 1,8. Apesar da Lei Maria da Penha, o nível de violência é inaceitável. Após 78 anos da conquista do voto, as mulheres, no momento atual, representam a maioria do colégio eleitoral brasileiro.

Nesse contexto, as mulheres ainda convivem com a sub-representação nas instâncias de poder e decisão, embora tenham ampliado a sua participação nos vários espaços da sociedade e de ser incontável o seu protagonismo na luta política nacional. Avançando para além dos marcos da chamada luta específica, a realidade nos mostra que precisamos reverter este quadro

da sub-representação, pois não é admissível a construção da verdadeira democracia sem a participação efetiva das mulheres nas esferas do poder.

Fazendo um retrospecto, não é de hoje que esta questão vem sendo abordada, basta recordar a “Declaração de Pequim”, assinada pelos governos presentes à IV Conferência Mundial sobre a Mulher (ONU, 1995) em Beijing-China:

*“Estamos convencidos de que: O empoderamento da mulher e sua total participação, em base de igualdade, em todos os campos sociais, incluindo a participação no processo decisório e o acesso ao poder, são fundamentais para a realização da igualdade, do desenvolvimento e da paz”*

A Plataforma de Ação da Conferência, em um de seus objetivos estratégicos afirma ser necessário “Adotar medidas para garantir às mulheres igualdade de acesso às estruturas de poder e ao processo de decisão e sua participação em ambos”. E que os governos devem adotar: “medidas, inclusive quando apropriado, nos sistemas eleitorais, para estimular os partidos políticos a incorporarem as mulheres a postos públicos eletivos e não eletivos, na mesma proporção e nas mesmas categorias que os homens” e devem também “examinar o impacto dos sistemas eleitorais sobre a representação política das mulheres nos organismos eletivos e considerar, quando procedente, a possibilidade de ajustar ou reformar esses sistemas”.

A Conferência impulsionou ações que culminaram com a Lei 9.100/96, que estabeleceu o sistema de cotas, definindo o mínimo de 20% para as mulheres. Em 1996 aconteceu uma grande campanha nacional “Mulher sem Medo do Poder”,

---

**Reverter este quadro da sub-representação, pois não é admissível a construção da verdadeira democracia sem a participação efetiva das mulheres nas esferas do poder**

que envolveu parlamentares, partidos políticos, CNDM – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, o Conselho Estadual da Condição Feminina (SP e outros) e o movimento feminista. A campanha englobava ações de rua, com caminhadas e tarde de filiações de mulheres aos partidos, além de cursos e cartilha para pré-candidatas estimulando assim, a candidatura de mulheres.

Em agosto de 2007, a II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres aprovou o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres que incluiu o eixo “Participação das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão” com o objetivo de “promover e fortalecer a participação igualitária, plural e multirracial das mulheres nos espaços de poder e decisão”, tendo como uma das metas revisar a lei de cotas eleitorais.

O II PNPM – Plano Nacional de Políticas para as Mulheres estimulou a constituição do Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos e a criação da Comissão Tripartite, esta última criada através da Portaria nº 15, de 11 de março de 2009, com o objetivo de discutir, elaborar e encaminhar proposta para a revisão da Lei 9.504/97, que estabelece normas eleitorais.

As cotas não garantiram uma ampliação do número de mulheres no parlamento. Em 2008, elas representavam apenas 12% nas Câmaras Municipais. Nem a campanha que culminou com a eleição de uma mulher para a presidência da República mudou o quadro de participação das mulheres no Congresso Nacional – elas continuam com as 45 cadeiras na Câmara Federal. Segundo a União Interparlamentar (UIP), ao analisar a participação das mulheres nos parlamentos, o Brasil está na 142ª colocação. Na América Latina, está à frente da Colômbia, Haiti e Belize.

Com a minirreforma eleitoral (Lei 12.034\2009) aprovada em 2009, os partidos passaram a destinar 5% do Fundo Partidário para a formação política das mulheres e 10% do programa do partido deve ser destinado às mulheres. Outro ganho significativo na lei foi a mudança no texto: de “deverá reservar” para “preencherá o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo”.

Estas conquistas foram minimizadas por alguns segmentos do movimento feminista e desconsideradas pela grande imprensa, que ao divulgar a minirreforma,

não levou em conta a importância das mudanças em favor das mulheres. Consideramos que elas têm uma dimensão ainda não compreendida pelo conjunto das mulheres, em alguns casos por desconhecimento, e que precisamos estar vigilantes para que os partidos não as transformem em letra morta.

Está em curso a discussão da reforma política e as mulheres não podem ficar fora desse debate. Interessa avançar na construção da democracia e esta reforma tem um viés importante ao possibilitar mudar o quadro atual do domínio econômico nas campanhas eleitorais, acabar com o foco da campanha no indivíduo e não no partido, enfrentar a sub-representação das mulheres, romper com o domínio e privilégio dos homens nos espaços de poder e decisão.

A Reforma Política deve garantir o financiamento público de campanha, que democratizará a utilização dos recursos no processo eleitoral, dando chance às mulheres nas suas candidaturas. Outro aspecto importante é a efetivação das listas pré-ordenadas com alternância de

nomes de mulheres e homens garantindo assim, uma participação mais igualitária, abrindo caminho para a conquista de espaço onde sempre houve o predomínio masculino.

Ao defenderem a democracia, as mulheres esperam que não haja cerceamento aos partidos políticos, com a imposição de cláusulas de barreira. Elas que convivem no seu dia a dia com discriminações e relações de dominação almejam uma sociedade mais justa, sem exclusão social, com oportunidades iguais, inclusive no acesso aos espaços de poder e decisão.

## Referências Bibliográficas

- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **A defesa das mulheres: instrumentos internacionais**. Brasília, Funag/IPRI, 203. 320p.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Comissão Tripartite para revisão da Lei 9.504\1977: relatório final**. Brasília, SPM, 2010. 40p.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília, SPM, 2008. 37p. Il.
- BRASIL. Presidência da República. SPM. **Mujeres brasileñas: políticas y datos**. Brasília, SPM, 2010.36p.



# O mundo segundo Michelle

Secretária Geral Adjunta das Nações Unidas, Diretora-Executiva da ONU Mulheres e Ex-Presidente do Chile, Michelle Bachelet, esteve no Brasil no fim de 2011



Foto: Antonio Cruz / ABR

**P**ela primeira vez no Brasil como Diretora Executiva da ONU Mulheres, Bachelet revelou que sente “um carinho muito grande” pelo país, porque, quando assumiu o cargo na ONU, o Brasil tinha justamente eleito sua primeira presidenta, “minha querida amiga Dilma Rousseff”, disse.

Usando uma imagem de futebol, ela revelou: “mulheres organizadas podem matar a bola no peito, marcar um gol e fazer a defesa ao mesmo tempo”. A seguir, o que pensa e defende Michelle Bachelet.

**Dilma** - Cerca de trinta anos atrás, nós duas experimentamos tempos muito difíceis quando éramos mais jovens e envolvidas na defesa de interesses políticos, num ambiente

político extremamente difícil para a democracia de nossos países. Naquela época, a presença de mulheres em altas posições ainda era um sonho, mas, hoje, como a Presidenta Dilma diz: “nós podemos”.

**Democracia** - Podemos caracterizar este ano (2011) como o início da “quarta onda” da democracia. Como pudemos ver nos eventos dramáticos da “primavera árabe”. Nas ruas das capitais árabes, percebemos a presença de mulheres de todas as classes protestando e levantando suas vozes em favor da democracia e da cidadania.

Eu tive o privilégio de assistir em Oslo, na Noruega, a entrega do Prêmio Nobel da Paz, que, neste ano, foi dado a três mulheres, que

tem desempenhado um papel essencial nas negociações de paz em seus países e na conquista e ampliação de fóruns para a atividade política em ambientes hostis e adversos.

**América Latina** - Podemos testemunhar a mesma defesa admirável em relação às mulheres da América Latina e seus movimentos organizados, que têm contribuído substancialmente nas últimas décadas aos esforços para combater as ditaduras e alcançar conquistas democráticas.

**Mulheres no poder** - Infelizmente, as conquistas não têm sido traduzidas para a presença de um número significativo de mulheres em posições de poder e de atividade política. Esses territórios são ainda

mantidos em separado por conta da tradicional divisão de papéis. As razões são muitas e bem conhecidas. No entanto, como em tudo e em especial na vida, aprendemos fazendo.

**Política** - As mulheres representam hoje em dia a maioria do eleitorado brasileiro, razão mais do que suficiente para garantir que elas estejam presentes em todos os ambientes, com base na igualdade de gêneros.

A eleição da Presidenta Dilma, assim como a presença crescente de mulheres em posições de tomada de decisão aqui no Brasil deve servir de inspiração para muitas mulheres.

**Mundo** - Finalmente estamos chegando a um consenso na comunidade internacional sobre a importância da inclusão das mulheres. Não é por acaso que a ONU Mulheres tornou-se realidade.

**Brasil** - Ao longo dos últimos dez anos, quase trinta milhões de mulheres e homens brasileiros saíram da pobreza e entraram para a classe média. O sonho de um “Brasil sem pobreza” finalmente parece viável e sem necessidade de um milagre.

O Brasil tem acumulado experiência significativa de trabalho com gênero, raça e etnia, no que diz respeito ao combate à pobreza. Os programas brasileiros nesta área, hoje chamados de “um piso de proteção social”, têm muito potencial para ser replicados em outros países.

**Violência contra as mulheres** - Nosso objetivo é combater de frente a violência contra as mulheres em todas as partes do mundo, independentemente de cultura, tradição e existência (ou não) de uma legislação específica. Este é um problema complexo e profundo, que continuará a exigir muito trabalho e recursos,

do qual nenhum país, infelizmente, pode invocar imunidade.

Estamos propondo dezesseis medidas que devem reforçar a aplicação da legislação antiviolença, como a Lei Maria da Penha.

**Clima** - O empoderamento das mulheres colhe dividendos ambientais. A ONU Mulheres tem enfatizado que a mudança climática exige uma resposta sensível ao gênero. As preocupações das mulheres devem ser ouvidas e sua participação em todas as atividades deve ser assegurada

Quando as mulheres estão envolvidas na tomada de decisões e gestão de recursos, resultados ambientais positivos são alcançados. Um estudo feito em 130 países mostra que os países com maior representação de mulheres no parlamento estão mais inclinados a ratificar tratados internacionais sobre meio ambiente.



“ A ONU Mulheres demarca um novo período para o avanço institucional das lutas pela igualdade de direitos e pela equidade de gênero. Trata-se de uma visão contextualizada das demandas históricas e dos novos desafios que se colocam para a humanidade. Assim, o combate à pobreza, ao analfabetismo, à violência, por exemplo, passa ser pensado no contexto da preservação ambiental, da produção de alimentos saudáveis, da recuperação do valor do trabalho, da promoção de uma cultura da paz e dos valores da solidariedade e da justiça social.

Para o Brasil, a liderança de Bachelet representa um olhar universal mas profundamente identificado com os desafios que a América Latina precisa superar no percurso da consolidação da democracia e da repartição justa de suas riquezas materiais e culturais. Para os sindicatos, representa uma possibilidade de interlocução mais sistemática que, por sua vez, estimula a organização, fortalece as redes e concorre para o empoderamento das mulheres.

Nosso país atravessa um período histórico sem precedentes. Ao lado de persistentes problemas - como a desigualdade na distribuição da renda - foram dados passos consideráveis na direção da inclusão, da elevação da qualidade de vida da população e no fortalecimento do Estado como indutor do desenvolvimento sustentável. Essa experiência pode, dialeticamente, contribuir para as lutas das mulheres no mundo e ser permeável aos desafios próprios de uma sociedade em movimento. ”

**Juçara Dutra Vieira**

Vice-Presidente da Internacional da Educação

  
Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres



# Por uma educação inclusiva e cidadã



## Herança de discriminação na educação brasileira

**A** história da educação no Brasil é diretamente influenciada pelos movimentos ocorridos na própria formação da sociedade brasileira. Mais do que intervir, como hoje se espera da educação, ela sofreu intervenções de cada período do nosso processo histórico, marcando a escola, os currículos, a formação profissional, os modelos de gestão e de financiamento, enfim, todas as características e visões hegemônicas pelo poder instituído dos colonizadores, passando pelo Império e pelas diversas fases da República Brasileira.

O professor João Monlevade, em seu livro “Educação Pública no Brasil: Contos e Descontos” nos faz essa linha do tempo com muita pertinência, destacando os cinquenta primeiros anos da ocupação portuguesa no Brasil sem qualquer projeto de escola e os mais de duzentos anos da educação confessional aqui iniciada com a chegada dos padres jesuítas, em 1549 e cuja presença, quase que exclusiva, perdurou até 1758 na educação brasileira.

Este período primou pela aculturação do povo nativo com forte influência dos princípios religiosos da Companhia de Jesus. A catequese teve um lugar de destaque nos currículos e o exercício do magistério era feito por padres e depois por freiras. Com a chegada de outras ordens religiosas no Brasil, como beneditinos, carmelitas, franciscanos, dominicanos e mais tarde os salesianos, as escolas confessionais católicas sempre foram presentes na educação brasileira. Até a década de 80, do século XX aproximadamente, a clientela era definida por sexo: escola de padre para meninos e escola de freira para meninas. Hoje essas escolas ainda existem, porém não há mais tal separação, sendo o Colégio de São Bento, no Rio de Janeiro, a

única exceção, com matrículas exclusivamente masculinas. Além disso, hoje a gestão e o corpo docente são compartilhados com professores e professoras leigas. Ficou-nos deste período uma forte influência de credos religiosos na educação, o que até hoje dificulta a afirmação constitucional do Estado laico, bem como resquícios de uma educação sexista, diferente para meninos e para meninas.

Com a expulsão dos jesuítas é implantado no Brasil o sistema das aulas-régias, idealizado pelo Marquês de Pombal, primeiro arremedo da contratação profissional improvisada de professores e também professoras, contudo vinculada à indicação clientelística de vereadores e sem formação específica para o magistério. Nova oferta de escolas é criada para concorrer com as escolas católicas, porém são mantidos os marcos excludentes e discriminatórios do período anterior. O currículo mantém o dualismo cultural: elite letrada, povo analfabeto.

Ainda conforme Monlevade, o período seguinte, de 1834 a 1891, compreendendo a proclamação da independência, em 1822, bem como grandes movimentos republicanos, oriundos da Inconfidência Mineira e da Revolução Constitucionalista de 1817, inicia-se no Brasil o processo de descen-

tralização do sistema educacional para as províncias, a criação das escolas primárias e secundárias e o início da feminização do magistério. No tocante à organização curricular, permanece a importação dos modelos europeus. A presença das mulheres no magistério primário não significou qualquer problematização de questões relacionadas à igualdade de gênero. Ao contrário, as professoras eram estigmatizadas e delas era exigida uma conduta totalmente fiel aos ditames conservadores da época.

O período seguinte, de 1891 a 1931, consolida a República Federal, introduzindo no sistema educativo os conceitos de escola republicana, laica e

**A presença das mulheres no magistério primário não significou qualquer problematização de questões relacionadas à igualdade de gênero**



gratuita na concorrência com as escolas vinculadas às igrejas cristãs. A formação das professoras normalistas cresce muito, porém a contratação continua clientelística. O currículo ganha dimensão nacional, científico e laicizado e a escola começa a ser vista como um agente de mudança social e cultural.

Lentamente o conceito de educação como direito vai ganhando espaço na sociedade brasileira e o Manifesto dos Pioneiros da Educação, de 1932, é dos marcos mais importantes deste movimento. Encabeçado por Anísio Teixeira, o manifesto afirma elementos da política educacional até hoje atuais e necessários, sendo o direito à educação para todos e para todas a centralidade do documento. Neste período, até 1971, compreendendo a ditadura militar iniciada com o golpe de 1964, muitas mudanças ocorreram na educação brasileira. Aumento de matrículas, expansão das escolas rurais, modelo de gestão autoritário-tecnista questionado pela proposta de gestão democrática, currículos mais flexibilizados, embora tenham sofrido forte impacto no período da ditadura. Surgem as primeiras associações de professores/as das escolas públicas, mais tarde transformadas em sindicatos e sujeito fundamental nos questionamentos da organização escolar, dos modelos de gestão, da valorização profissional. Mais adiante, é esse instrumento de luta e de organização dos trabalhadores e trabalhadoras da educação que vai olhar para a escola como um lugar possível de construção de uma educação inclusiva e não discriminatória.

Os anos seguintes da história da educação brasileira, de 1971 a 1988, são palco de questionamentos à ditadura militar, da abertura política lenta e gradual, das primeiras eleições diretas e da preparação para a aprovação da Constituição Federal de 1988. Nos debates educacionais, ganha força o pensamento de Paulo Freire, questionador das estruturas escolares

opressoras e anunciador das possibilidades de uma pedagogia do afeto, da participação, da construção coletiva, sem discriminação e sem preconceito. É deste período o fortalecimento das associações de professores/as em todo o país, com ativa participação nas greves de 1969, a maioria dos quais se tornaria sindicatos pós-88, dando visibilidade às primeiras lideranças femininas nesta categoria que já era a esta altura majoritariamente de mulheres.

De 1988 a 2000, período considerado por Monlevade de limiar da maioria educacional brasileira, a educação se reorganiza face à aprovação da Constituição Federal, em 1988 e da Lei de

Diretrizes e Bases da Educação em 1996. Criam-se os Parâmetros Curriculares Nacionais, porém o debate da igualdade ainda é secundarizado, existindo de forma muito indireta nos currículos, na formação de professores e, inclusive, persistindo de forma distorcida em alguns livros didáticos.

Chegamos a 2012 diante de um grande desafio para a educação brasileira. Além da universalização do atendimento, para poder se afirmar como direito; além do alcance da qualidade social, para se consolidar como um fator de emancipação; além da valorização profissional e da infraestrutura adequada, a

educação brasileira precisa responder e corresponder à grande lacuna de uma organização curricular que dialogue com a realidade da sociedade, que considere todos e todas que adentram à escola em sua diversidade e seja uma verdadeira indutora de felicidade.

Tramita no Congresso Nacional o PL nº 8530/10 que instituiu o Plano Nacional de Educação, em cujo conteúdo, fruto de grande mobilização e organização social, está contemplada a educação inclusiva, não discriminatória, não sexista. A luta pela sua aprovação é agenda prioritária para, na busca das suas metas, se construir novos paradigmas para educação brasileira.

**A educação brasileira precisa responder e corresponder à grande lacuna de uma organização curricular que dialogue com a realidade da sociedade**



## Conceitos a serem afirmados

Diante desse histórico, não é de estranhar que a educação ainda possua resquícios de uma concepção autoritária e discriminatória.

Daí a importância de tematizar no projeto político-pedagógico da escola essas questões, considerando que fazem parte da realidade de vida dos estudantes e da sociedade, bem como da função transformadora que deve ter a educação.

A educação inclusiva está diretamente ligada à perspectiva do direito, portanto, à universalização do acesso, da permanência e das aprendizagens.

É preciso considerar, por exemplo, que as desigualdades e diferenças de gênero ainda são reproduzidas na escola, a despeito dos avanços conquistados pelas mulheres. As propostas pedagógicas que pintavam de azul os pertences dos meninos e de rosa os pertences das meninas, podem até não ser maioria hoje. As brincadeiras de casinha para meninas e de bola para meninos podem até estar mais socializadas entre os sexos. Entretanto, como a prática pedagógica vive um diálogo constante com a reflexão teórica que a respalda, é necessário assumir efetivamente a concepção de educação não-sexista para que as ações não sejam tomadas como “normais” ou “naturais” e sim intencionalmente construídas e portanto passíveis de serem desconstruídas e reconstruídas.

Da mesma maneira os conceitos de educação não-lesbofóbica e não homofóbica. A visibilidade alcançada pelo movimento LGBT não chegou pedagogicamente na escola no sentido de vencer o preconceito e a discriminação. A homofobia ainda é praticada nas salas de aula, se reproduzindo através da violência, do *bulling* ou mesmo de conteúdos curriculares. A omissão em tratar liberdade de orientação sexual como fator da diversidade,

também tem secundarizado as relações de respeito e de aceitação das diferenças entre as pessoas.

Ainda considerando os conceitos que à luz do direito à educação precisam ser respeitados, destacamos a educação não-racista. A prática do racismo no Brasil nos remete à colonização portuguesa, inicialmente com o extermínio e apropriação dos indígenas e depois com a escravidão negra africana. Foram séculos de intolerância que geraram uma grande dívida social. As conquistas do movimento negro batem insistentemente à porta da escola, exigindo a adoção de práticas pedagógicas que contribuam para superação da discriminação racial.

Quero dizer, portanto, que para tratar essas questões, não se pode apenas reconhecer que elas existem. É necessário conceituá-las e contemplá-las com a intencionalidade político-pedagógica no projeto educativo.

**A homofobia  
ainda é praticada  
nas salas de aula,  
se reproduzindo  
através da  
violência, do  
bulling ou mesmo  
de conteúdos  
curriculares**

## Possibilidades do projeto político-pedagógico

A introdução das temáticas da educação inclusiva, não sexista, não-homofóbica, não-racista e não-lesbofóbica na agenda educacional através do projeto político-pedagógico, como instrumento planejador e organizativo da gestão democrática,

é fundamental na construção do conhecimento. Nesse contexto, a discussão das questões concernentes ao sexismo e ao racismo e suas implicações presentes na sociedade trazem um leque de possibilidades para a inclusão das chamadas minorias – que são incontestavelmente as majorias – como mulheres, negras/os e homossexuais no processo educacional que historicamente os relegou.

A partir da igualdade de oportunidades para todas as pessoas, por meio da consciência política de que todas/os devem ser participantes do ato educativo, independente da etnia, gênero, sexualidade e religião, o projeto político-pedagógico se responsabilizará em materializar no cotidiano

escolar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/96, que 15 anos depois foi alterada pela Lei Federal nº 10.639, de janeiro de 2003, tornando obrigatória a inclusão no currículo das escolas de ensino fundamental e médio (públicas e privadas), o ensino da História e cultura Afro-Brasileira e Africana e também instituiu o dia “20 de novembro” como uma data comemorativa no calendário escolar. Para a sua regulamentação, o Conselho Nacional de Educação – CNE elaborou o parecer CNE/CP nº 3, de 10 de março de 2004 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas.

O projeto político-pedagógico deve pretender-se transformador no compromisso da inclusão de todos os segmentos da escola e do seu entorno através da ruptura com práticas discriminatórias ainda utilizadas nos textos e conteúdos didáticos estereotipados, promovendo processos de sensibilização permanente entre professoras/es, pessoal técnico-administrativo e de apoio; incentivando a formação de grupos de trabalho para análise de material e livros; implantando um programa de orientação sexual e de combate ao racismo; incentivar os espaços de discussão e formação para as mães, pais e/ou responsáveis.

Tomando como referência os desafios do cotidiano escolar e da construção de um projeto político-pedagógico que considere a inclusão educativa na perspectiva do direito, alguns fatores devem ser tratados como constitutivos da concepção e da prática pedagógica, sem descuido da transversalidade com que devem ser implementados.

Dentre outros, destaco: o currículo escolar, abrangendo a organização dos tempos e espaços pedagógicos; a formação dos profissionais da educação atualizada e crítica; os modelos de gestão que devem buscar a participação, a responsabilidade coletiva e a transparência; os processos avaliativos que não podem se deter apenas nas metas quantitativas, mas considerar toda a subjetividade e diversidade dos que fazem a comunidade escolar.

Dessa forma, tratando o projeto político-pedagógico como peça principal, capaz de mobilizar

toda a comunidade escolar, teremos de fato uma escola cidadã onde todas as pessoas entrem, permaneçam e se identifiquem com os conteúdos democratizados, tão necessários ao fortalecimento de sua dignidade humana.



Foto: Arquivo pessoal

### Tereza Leitão

Atualmente exerce seu terceiro mandato como deputada estadual por Pernambuco. É professora aposentada e ex-dirigente sindical, sendo a primeira mulher eleita consecutivamente por três mandatos seguidos. Desde o primeiro ano do seu primeiro mandato, em 2003, luta em defesa da educação e todos os assuntos relacionados a ela, mas também luta pelos direitos das mulheres, da juventude, criança e adolescente, incentiva a economia solidária e defende os direitos da classe trabalhadora.

## Referências bibliográficas

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**, 16ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB/1996**.

MONLEVADE, João. **Educação Pública no Brasil: Contos e Descontos**; Idéa Editora; 2ª edição, 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO; Coordenadoria Especial da Mulher; **Educar para a Igualdade: gênero e educação escolar**; autores diversos, SP, 2004.

SÃO PAULO (Cidade). Secretaria do Governo Municipal. Coordenadoria Especial da Mulher; **Gênero e Educação: caderno para professores** Autores diversos – São Paulo, Secretaria Municipal de Educação, 2003.

# Um futuro para Amanda

**Katia Maia,  
Rilton Pimentel  
e Ana Paula Messeder**

**A**os dez anos de idade, Amanda vive no Brasil, um país com 190 milhões de habitantes, e num planeta onde habitam 7 bilhões de pessoas. Quando Amanda nasceu, o mundo tinha outra configuração. Nessa primeira década de vida, ela não percebeu, mas o Brasil e o planeta mudaram. O planeta inverteu seu eixo econômico e o seu país foi um dos que sentiram bastante essa mudança.

Amanda vive hoje num país considerado a 6ª economia do mundo, à frente da Inglaterra. Está num lugar com mais igualdade social e transparência, onde a sociedade respeita e reconhece bem mais o papel das mulheres. Embora, admita que ainda há muita estrada pela frente.

E por falar em futuro, aos dez anos Amanda está bem na idade de brincar de cápsula do tempo. Se pudesse viajar para o futuro, o que encontraria no Brasil e no mundo daqui a dez anos? A Revista Mátria resolveu embarcar nessa nave para Amanda e pediu para que personalidades do mundo atual participassem dessa aventura e falassem dos desafios e perspectivas de seus continentes para a próxima década.

No sudeste asiático, por exemplo, Lok Yim Pheng, Secretária

Geral da Internacional da Educação (IE) na Malásia, acredita que um dos desafios de sua região é “oferecer um ambiente propício, inclusive a formulação de legislação e políticas favoráveis às mulheres, para aumentar a dignidade e o bem-estar delas em todos os aspectos, inclusive físico, econômico, social, político, psicológico e de saúde espiritual”, diz.

Na Europa Setentrional, Haldis Holst, que representa a Noruega no Comitê pan-europeu da IE, da qual atualmente é também Vice-presidente, avaliou os avanços e pontuou os problemas que ainda existem em relação à condição feminina. Segundo ela, “a experiência norueguesa aponta que é necessária uma ação direcionada e afirmativa, além de uma legislação na área de igualdade de gênero para provocar uma mudança”.

Emily Noble, uma voz forte e apaixonada da Canadian Teachers' Federation (CTF - Federação de professores do Canadá) e da luta em defesa da educação pública e da profissão de educador, conta que “há muito trabalho a ser feito e, se não fosse pela voz dos sindicatos, não haveria voz para nenhum povo que busca equidade”.

Aqui, Fátima Silva, vice-presidente da IE para a



América Latina, faz uma análise da situação atual da mulher em nosso continente e não hesita em apontar os avanços obtidos nos últimos dez anos e o que ainda tem um longo caminho a trilhar. Para ela, a diferença salarial por gêneros que ainda persiste, a pouca presença feminina nos cargos de decisão e a jornada de trabalho dupla das mulheres ainda são obstáculos a serem transpostos.





Foto: Janaina Miranda. Manipulação Digital: Bruno Soares

Nos países árabes, a diretora cultural e científica do Instituto da Cultura Árabe - ICArabe, Soraya Smaili, em entrevista concedida ao Informandes Online, revela que é preciso se despir de preconceitos fomentados pelo Ocidente para compreender bem como se dá a opressão à mulher no mundo árabe. “As revoltas no Mundo Árabe de hoje devem ser vistas a partir de uma análise da ocupação e colonização

(Ocidentalização) e da partilha dos árabes como povo em vários países, da imposição de ditadores aliados para o controle da região e da exploração brutal de Petróleo”, diz.

Finalmente, na África, Mátia fez um levantamento da situação atual da mulher e, infelizmente, o que se percebe é que há muito a avançar. As africanas ainda enfrentam, em pleno 2012, a violência da mutilação genital feminina, da AIDS - na

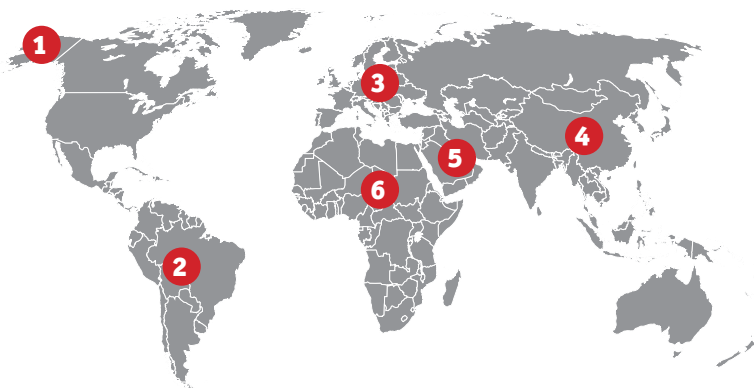
África subsariana 60% das pessoas que têm o HIV são do sexo feminino - e da violência sexual, onde um em cada quatro homens da África do Sul já forçou uma mulher a praticar sexo.

São visões e análises de uma realidade que ainda precisa ser lapidada e melhorada pelas mãos de uma geração como a de Amanda, que pode olhar para o mundo e interferir no futuro que deseja.

# A situação das mulheres no mundo

Em alguns países as mulheres aumentaram a presença nos parlamentos e até chegaram à presidência. Em outros ainda persistem realidades cruéis, como a mutilação genital, proibições e as penas baseadas em leis radicais de fundo religioso.

Mas em comum, nos últimos dez anos todos os continentes registraram algum tipo de avanço no que diz respeito aos direitos e à emancipação feminina



“

## 1 América do Norte

Várias mulheres da América do Norte trabalham por tempo determinado ou contrato. Elas ganham cerca de 60% a 70% do salário masculino. Se você for índia, ganhará ainda menos e as chances de ser excluída do mercado de trabalho são maiores.

Há uma entidade muito ativa, denominada *Caribbean Union of Teachers Status of Women Committee*, que trabalha bastante para elevar a situação das mulheres nos sindicatos do Caribe. Houve um aumento no número de mulheres que não só participam, mas também assumem o papel de líderes.

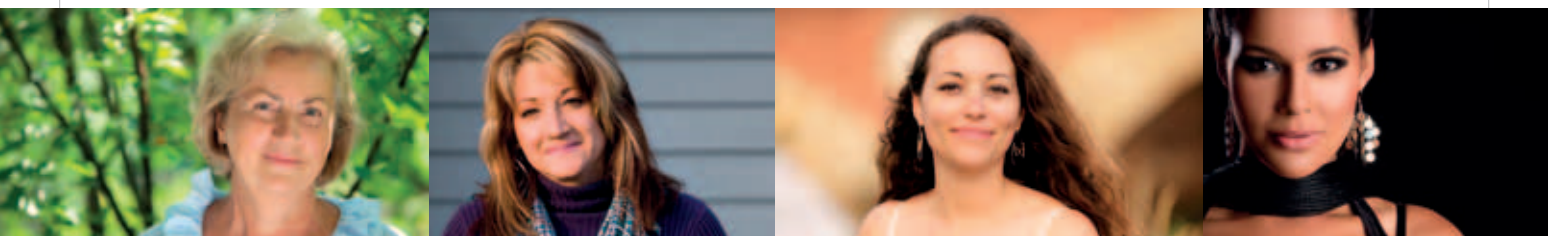
Os sindicatos da IE nos Estados Unidos, NEA e AFT, têm comitês e programas de equidade e diversidade muito atuantes. Eles educam e promovem a liderança para todos os grupos diversificados. Esses sindicatos, bem como os sindicatos e federações canadenses, são defensores resolutos da educação e equidade em níveis políticos nacionais do governo e da educação. Há muito trabalho a ser feito e, se não fosse pela voz dos sindicatos, não haveria voz para nenhum povo que busca equidade.

A maioria das universidades e faculdades da América do Norte têm departamentos de estudos femininos que servem como centros de equidade, justiça social e diversidade. É impressionante ver o número de pessoas jovens que deseja mudar o modo de tratamento dispensado às pessoas pela sociedade ou os governos. Abuso de idosos entre as mulheres no Canadá, tráfico de mulheres – especificamente aborígenes – estão entre alguns dos problemas que vários grupos de mulheres enfrentam, por meio de *lobbies* para alterar a política governamental.”



**Emily Noble**

Integrante do Sault Ste. Marie Business and Professional Women's Club, no Canadá. Membro do Comitê Regional da Internacional da Educação (IE) para América do Norte e Caribe.





### Fatima Silva

Secretária de Relações Internacionais da CNTE, no Brasil. Vice-presidente regional da Internacional da Educação para a América Latina.

“

## 2 América Latina

O continente tem três mulheres eleitas presidentes da república, que são o Brasil, Costa Rica e a Argentina. Duas dessas mulheres vêm do campo e das lutas populares, com uma trajetória de militância na esquerda. É o caso da Cristina Kirchner, da Argentina, e da Dilma Rousseff, no Brasil.

A participação partidária e sindical possibilitou às mulheres latino-americanas ampliarem sua participação política. O mecanismo de cota nos partidos abriu caminho para que elas aumentassem sua presença nos parlamentos da região, nesse período de dez anos.

Também houve a implementação de políticas de saúde pública específicas para as mulheres por todos os governos da América Latina, com foco em prevenção, saúde reprodutiva e ações educativas. Brasil, Argentina e Chile estão em um nível mais avançado, mas todos os demais países têm alguma iniciativa nesse campo. Outro avanço em comum é a institucionalização de um órgão específico para trabalhar a questão de gênero dentro do governo. No exemplo do Brasil, temos a Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Nessa última década, mais meninas tiveram acesso e permanência na educação inicial, e hoje há um número significativo de mulheres com nível superior, embora isso não tenha significado igualdade de remuneração, mesmo com formação equivalente à dos homens. Além disso, as mulheres na América Latina continuam com uma jornada de trabalho dupla, pois nas famílias ainda se mantém a tradição de colocar a carga delas o cuidado dos filhos e da casa. ”



### Haldis Holst

Membro da diretoria executiva do Utdanningsforbundet (Sindicato da educação da Noruega) e vice-presidente da Internacional da Educação.

“

## 3 Europa

A situação das mulheres na Europa pode ser ilustrada pela experiência norueguesa. Naquele país houve a necessidade de uma ação direcionada e afirmativa, além de uma legislação na área de igualdade de gênero para provocar uma mudança na realidade feminina. A Lei de Igualdade de Gênero e a Lei Antidiscriminação determinam que os empregadores, as autoridades públicas e as organizações de trabalhadores têm o dever de trabalhar de modo ativo, direcionado e planejado para promover a igualdade e evitar a discriminação no local de trabalho com base em gênero, etnia, incapacidade, idioma, religião, orientação sexual e idade.

A igualdade de gênero favoreceu o crescimento econômico e a prosperidade. O emprego de mulheres aumentou o PIB e a maioria das mães está na força de trabalho. As norueguesas têm direito de até um ano de licença-maternidade após o nascimento, mas podem compartilhá-la com o pai. A Noruega “inventou” a cota dos pais em 1993, que reserva licença de 10 semanas. Entre os homens, 90% usam esse direito.

A competência das mulheres tornou-se visível na sociedade como um todo. A maioria dos formandos nas universidades é do sexo feminino, com mais de 60%. Em contrapartida, a retórica do governo pela igualdade de gêneros não foi colocada toda em prática e quase sempre as mulheres têm renda mais baixa. O assédio sexual e o *bullying* na sociedade e nas escolas também tornaram-se problemas sérios e um obstáculo para a verdadeira igualdade de gênero na Noruega. ”







### Lok Yim Pheng

Secretária Geral do Sindicato Nacional da Profissão de Educador (NUTP), na Malásia e coordenadora da Rede de Mulheres da região Ásia-Pacífico da Internacional da Educação (IE).

# “

## 4 Ásia

A situação das mulheres da Malásia reflete as condições femininas nas nações asiáticas. Na última década o país criou programas específicos para garantir que a mulher seja integrada no processo de desenvolvimento. Com a revisão da legislação, houve a melhoria do acesso à educação, formação e saúde. Também houve a implementação, na mídia, de campanhas de conscientização e disseminação de informações que enfatizem a liderança de mulheres.

As medidas para a promoção da igualdade de gênero incluíram a criação de um plano de carreira para mulheres de todas as áreas, inclusive para inserir pelo menos 30% delas dentre os tomadores de decisões. Mesmo assim, o índice de participação feminina no mercado de trabalho ainda é baixo. As mulheres saem do emprego voluntariamente, devido a fatores domésticos, como a incompatibilidade da carreira com as necessidades pessoais, problemas de cuidados com os filhos etc.

As condições de saúde das mulheres na Malásia como um todo são motivo de orgulho. Existe um sistema de saúde eficaz, que pode ser comparado ao dos países desenvolvidos. No entanto, o percentual de mulheres infectadas com o vírus HIV na última década, de acordo com os casos relatados, aumentou de 9,4% para 16,4%.

Apesar de todos os avanços, na Malásia ainda se verifica que a pobreza atinge especialmente as mulheres chefes de família – inclusive mães solteiras –, o que acontece principalmente nas áreas rurais. ”

## 6 África

Em alguns países africanos as mulheres enfrentam os horrores da guerra civil. Em meio aos conflitos e campos de refugiados, muitas acabam sendo alvo da violência sexual. Mas não é só nas situações de guerra que elas enfrentam essa ameaça. Um em cada quatro homens da África do Sul, por exemplo, já forçou uma mulher a praticar sexo, segundo estudo do Centro de Pesquisa de Gênero e Saúde de Pretória. E cerca de 10% deles admitiram ter feito com jovens menores de 10 anos.

O sexo forçado expõe as mulheres a outra grave ameaça: a contaminação pela Aids. De acordo com o Programa das Nações Unidas para Aids (Unaid), no continente africano há 2,5 vezes mais mulheres contaminadas do que os homens.



“

## 5 Oriente Médio

A fundação Freedom House, instituto norte-americano de defesa das liberdades, divulgou estudo em 2010 segundo o qual os direitos das mulheres progrediram em 15 países do Oriente Médio nos últimos cinco anos, especialmente no Kuwait, Argélia e Jordânia. A condição delas piorou unicamente em três dos países e territórios estudados: Iraque, Iemên e os territórios palestinos. De fato, em muitos países do continente a situação delas melhorou e hoje, em alguns aspectos, se equipara à condição da mulher ocidental: elas estudam, trabalham, dirigem e andam livremente pelas ruas.

Entre os progressos pode-se citar o exemplo do Kuwait. Naquele país as mulheres ganharam os mesmos direitos políticos que os homens e quatro mulheres foram eleitas ao parlamento em maio de 2009, pela primeira vez na história do Kuwait.

Mesmos com as mulheres ganhando mais espaço nos setores de decisão, a representação política feminina no Oriente Médio ainda é considerada baixa, com apenas 9,5% de mulheres, em média, nas Câmaras de Deputados dos países árabes. No Iêmen esse percentual é de apenas 1% e, no Egito, 2%.

Nos desafios que ainda persistem no caminho das mulheres do Oriente Médio ainda estão as religiões fundamentalistas. A base da religião muçulmana não determina qualquer tipo de discriminação contra a mulher. No entanto, as interpretações radicais das escrituras deram origem a realidades brutais, principalmente nos países que seguem com rigor a Sharia, a lei islâmica. Assim, o problema não é causado pela crença islâmica em si; ele surgiu em culturas que incorporaram tradições prejudiciais às mulheres.”



**Soraya Smaili**

Diretora cultural e científica do Instituto da Cultura Árabe - ICArabe.

Para muitas africanas, a violência começa nos primeiros anos da infância. A mutilação genital feminina, ligada diretamente à tradição e à cultura, continua a ser praticada em alguns países do continente. A prática já vitimou cerca de 130 milhões de mulheres.

Apesar das condições adversas, a autonomia feminina desempenha papel fundamental na melhoria das condições de vida das populações africanas. Elas têm papel chave no combate à fome na África Subsaariana, pois são as principais produtoras de alimentos na região. Mais da metade dos agricultores da África são do sexo feminino, com a maioria cuidando de plantações em pequenos pedaços de terra. Relatório da Organização para a Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO) aponta que, se as mulheres tivessem o mesmo acesso aos recursos de produção como os homens, elas poderiam aumentar a produtividade nas fazendas em 20 a 30%.





# O olhar de Dilma

“Nós vamos fazer, juntas, a maior revolução pacífica que uma sociedade pode empreender: a construção de uma sociedade de iguais.”

**A** presidenta Dilma Rousseff completou no dia 1º de janeiro de 2012 o primeiro ano de mandato da primeira mulher a comandar o Brasil. Não foi um ano fácil, foi um ano de aprendizado e de desafios que o comando feminino da nação trilhou com maestria. Dilma teve o pulso forte que só as mulheres sabem ter na hora em que é preciso mostrar que competência não é uma questão de gênero, mas de capacidade.

Um ano em que o mundo viu pela primeira vez uma mulher abrir uma assembleia geral da Organização das Nações Unidas (ONU).

A Revista *Mátria* traz nessa edição especial de dez anos o que pensa, o que disse, o que defendeu a presidenta Dilma, em seu primeiro ano de mandato e o que ela espera do Brasil de amanhã.

## 2012

Não só encerramos o ano com estabilidade e com crescimento, mas, sobretudo, com visão de que 2012 será, necessariamente, melhor que 2011, o que não é pouca coisa diante da crise e da insensatez política que nós vivenciamos ao longo de 2011, tanto nos Estados Unidos como na Europa.

## Futuro

Daqui até 2014 eu asseguro a vocês que muita coisa vai mudar no Brasil e vai mudar para melhor. Nós vamos preparar o Brasil e os brasileiros para essa era do conhecimento, para essa era que tem na ciência, na tecnologia e na inovação um dos seus grandes marcos e, por isso mesmo, para um período de grande prosperidade. Não só vamos nos livrar da extrema pobreza, como também vamos buscar, a cada dia mais, aperfeiçoar a qualidade do serviço público prestado.

## Igualdade

Nós somos um povo tolerante. Nós não somos um povo que tem por característica a intolerância de qualquer forma – a intolerância religiosa, a intolerância de gênero, a intolerância em relação a opções sexuais ou qualquer outra forma de intolerância. Nós somos um povo que, até pelo fato de ser multiétnico e diverso, respeita a diferença. Isso, na nossa raiz; mas nós temos ainda um caminho longo porque nós temos de transformar essa tendência em realidade concreta.

## Justiça Social

Todos nós sabemos que a democracia e a política se fortalecem com a democracia social, e o Brasil somente será um país realmente justo e desenvolvido quando todos os brasileiros formos, ao mesmo tempo, livres para nos manifestar, livres para exercer a nossa cidadania e tivermos oportunidades iguais e direitos iguais.



## Posse

No meu discurso de posse, eu disse que pretendia – e pretendo – honrar, em cada ato e em cada decisão, cada uma e todas as mulheres brasileiras. E quero dizer a vocês que essa é uma orientação que parte do fundo da minha experiência de vida, e também é um compromisso com cada uma das mulheres deste país.

## Direitos das mulheres

Ao longo dos últimos anos nós viemos superando obstáculo por obstáculo. Quero dizer a vocês que nós assistimos, em 2011, momentos históricos – históricos e simbólicos – na luta das mulheres pela igualdade e também pelo seu espaço e a sua afirmação. Internacionalmente, eu queria citar a criação da ONU Mulher como um deles. E a ONU Mulher, ela representa, do ponto de vista internacional, o reconhecimento da prioridade da questão de gênero em todo o mundo.

## ONU

Abri a Assembleia Geral da ONU pela primeira vez, representando todas as mulheres do mundo mas, em especial, as mulheres deste país e deste continente.

A importância disso é pelo fato de que milhões de jovens, milhões de meninas em todo o mundo, ao assistirem aquele momento, passam a ter certeza de que nós, mulheres, também podemos dirigir nações, podemos dirigir uma das nações mais importantes do mundo, que é o Brasil, e podemos, por isso também, mudar a história do mundo.

## Papel das mulheres

Nós temos consciência de que, desde o governo do nosso presidente Lula, o Brasil vem fazendo um grande esforço para ampliar a autonomia das mulheres; o Brasil e, em especial, as mulheres brasileiras. Por isso, o Bolsa Família, o principal instrumento de distribuição de renda deste país, ele é recebido pelas mulheres.

## Violência contra as mulheres

Nós não descuidamos um só momento do enfrentamento firme à violência contra as mulheres. Nós persistimos defendendo a plena aplicação da Lei Maria da Penha. Nós não podemos, de maneira alguma, concordar que mulheres, ainda neste século XXI – que eu tenho certeza de que será o século do empoderamento cada vez maior das mulheres –, que as mulheres não sejam protagonistas, e sim, vítimas. Nós não somos vítimas, nós queremos ser sujeitos da nossa própria história.

## Educação

Nós sabemos que na construção de uma sociedade justa, de uma sociedade formada por pessoas com valores e com ética, é importante a educação. E aí essa sociedade só pode ser construída se juntos, governo e o conjunto da sociedade, passarmos a valorizar a educação como algo que faz parte do coração do próprio sentido de nacionalidade que nós devemos ter.

Eu falo dessas educadoras brasileiras que são as verdadeiras construtoras do nosso futuro porque constroem a possibilidade de jovens e crianças serem cidadãos e cidadãs íntegros e integrais.

A professora e o professor, a educadora é o personagem fundamental do projeto de desenvolvimento que começou no nosso país com o governo do presidente Lula, e por isso meu governo coloca a valorização do professor e da escola, a formação das crianças e da juventude no alto das suas prioridades mais estratégicas.

## Presença feminina

Hoje, na educação básica, as mulheres são maioria quase absoluta. Dos mais de 1 milhão e 900 mil professores e professoras que atuam nessa área, no Brasil, é importante saber que 1 milhão e 600 mil são mulheres, ou seja, 81%. São a maioria avassaladora das educadoras e das professoras.

O mesmo acontece nas direções das escolas. Mais de 85% das escolas públicas de educação básica no Brasil são dirigidas por mulheres. Por isso que nas mãos delas está o futuro dos nossos jovens e das nossas crianças. Daí por que valorizar essa profissão é algo fundamental para qualquer projeto de desenvolvimento do nosso país como um país igualitário, como uma nação que faz a inclusão social.

## Salto

As mulheres representam hoje cerca de 60% do total de estudantes que concluem curso superior no Brasil. Na pós-graduação, do total de mulheres bolsistas da Capes, as mulheres também já constituem a maioria. Mais da metade das pessoas que são bolsistas são mulheres.

Estamos assistindo a um salto coletivo da mulher brasileira para se qualificar no mais alto nível e passar a participar, de igual para igual, no processo de desenvolvimento de nossa sociedade.

## Condições de trabalho

Nós todos aqui sabemos que a formação de professores, a garantia de condições adequadas de trabalho e a remuneração para os profissionais da educação são os eixos aglutinadores que foram manifestos na minha campanha, mas também no Plano Nacional de Educação, que o então presidente Lula lançou e ao qual eu tenho integral adesão, que está hoje em tramitação no Congresso.

## Alicerce

Estou convencida de que a educação pública de qualidade é o alicerce insubstituível dessa obra soberana e democrática que estamos desenvolvendo conjuntamente. A escola pública de qualidade é o espaço em que devem ser corrigidas as desigualdades, em benefício das nossas crianças e dos nossos jovens.



“ Nos últimos anos as mulheres evoluíram bastante no esporte. Aos poucos estamos nos igualando e até ultrapassando muitos resultados dos homens. Um exemplo disso foi o meu resultado no Campeonato Mundial do ano passado, título inédito para o remo brasileiro, assim como o resultado da Fabiana Murer, do salto com vara, entre outros. Outro exemplo é o número de brasileiras que disputam os Jogos Olímpicos, que já foi bem menor em relação aos homens e atualmente está igual. À medida que o preconceito diminui, estamos conquistando nosso espaço e mostrando do que somos capazes.

Acho que o preconceito ainda existe, apesar de ser de forma mais velada. Mas com os resultados que vamos atingindo, mostramos que também somos capazes e vamos recebendo cada vez mais apoio. Provamos que também podemos representar bem o país lá fora. ”

**Fabiana Beltrame**  
Remadora

“ A presença de uma mulher na Presidência da República, além de ser uma coisa inédita no Brasil, muda completamente os paradigmas da nossa sociedade. E muda para melhor. Porque as mulheres além de ter a competência técnica, têm a sensibilidade e um jeito carinhoso de se dedicar ao trabalho. Não se trata de ser melhor do que os homens, trata-se de ser diferente. E essa diferença conta no resultado final. Hoje temos dez ministras de Estado pensando e implementando políticas públicas no País. Nunca tivemos uma presença feminina tão grande no alto escalão. Ou seja, uma mudança de paradigma que vai refletir lá na ponta, seja na saúde da mulher, no combate à violência ou na ampliação dos horizontes profissionais das mulheres. Essa é uma perspectiva positiva, uma vez que elas passam a ser respeitadas cada vez mais, e se sentem confiantes para ocupar espaços que no passado foram exclusivamente masculinos. Eu sou otimista e tenho certeza que nos próximos anos vamos avançar ainda mais, ampliando a participação das mulheres para além do Poder Executivo. Seremos muitas no Legislativo, no Judiciário e em cargos de comando na iniciativa privada. ”

**Ideli Salvatti**

Ministra-chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República



“ Avançamos muito nos dez últimos anos. Hoje, a mulher tem presença de destaque na comunicação social. Somos maioria nos cursos de jornalismo e, em consequência, no mercado de trabalho público e privado. Conquistamos visibilidade inclusive no jornalismo esportivo, espaço de tradição masculina. No entanto, ainda é reduzida a nossa posição em cargos de responsabilidade e chefia e ainda somos preteridas em ocasiões de promoção funcional. ”

**Helena Chagas**

Secretária de Comunicação Social  
da Presidência da República



“ O crescimento da participação pública das mulheres é uma realidade no Brasil. E não tem volta. A eleição da presidenta Dilma Rousseff, a nomeação de dez mulheres para cargos ministeriais são marcas eloquentes deste crescimento.

Michelle Bachelet, Diretora da ONU Mulheres e ex-presidenta do Chile, fez uma afirmação que considero muito significativa para este momento: *Uma mulher na política muda a mulher; muitas mulheres na política mudam a política.* É para isto que estamos trabalhando também aqui. Para que nossas conquistas sejam sólidas e continuadas a ponto de fazer com que os espaços de decisão se transformem pela ação de muitas mulheres; para que o Brasil seja palco de uma democracia plena, na qual homens e mulheres, brancas e negras participem, em condições de igualdade, de todos os setores da vida social. ”

### Luiza Bairros

Ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República

“ Os grandes desafios no campo da literatura nos afetam igualmente, a todos os escritores, independentemente de ser mulher ou homem. E os enfrentamentos se dão no terreno da linguagem. Trata-se sempre de encontrar a melhor maneira de dizer o que se pretende, que palavras escolher, como combiná-las, como estruturar uma narrativa, como despojar um poema até o âmago, como não diluir a força expressiva e estética do texto pra fazê-lo servir a mensagens, por mais que sejam bem intencionadas. Esses continuam sendo nossos desafios. ”

### Ana Maria Machado

Presidente da Academia Brasileira de Letras



Foto: Divulgação

“ A Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), desde a sua criação em 2003, tem pautado as políticas públicas para enfrentar os desafios e as violações de direitos que atingem as mulheres. Temos que avançar, por exemplo, nas ações de enfrentamento à violência e também no que diz respeito à autonomia econômica e financeira. Isso porque as mulheres, mesmo com maior qualificação e escolaridade, ganham ainda 30% a menos que os homens. Neste primeiro semestre, a SPM concluiu um programa de autonomia das mulheres que considera as condições de oportunidades no mercado de trabalho e facilita o seu ingresso profissional, seja através de equipamentos sociais e/ou busca de maior capacitação.

Entendemos também, que a educação pode fomentar novos valores que superem o conservadorismo na visão sobre os direitos das mulheres e favoreçam comportamentos para a promoção da igualdade de gênero, mantemos com o Ministério da Educação o Programa Gênero e Diversidade na Escola (GDE), para formar professoras e professores que repassem os princípios de respeito e igualdade com mulheres e homens, à orientação sexual, raça e etnia e às pessoas com deficiência. Até o final de 2014, o GDE formará 140 mil profissionais. ”

### Iriny Lopes

Dep. Federal (PT/ES) e ex-ministra-chefe da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República





# Uma feminista histórica na SPM

Em seu discurso de posse, a nova ministra Eleonora Menicucci promete dialogar com a sociedade civil e atuar para que a transversalidade das políticas de gênero sejam realmente implementadas por seus colegas de ministério

**V**estida de lilás, tom e sobretudo, em homenagem aos movimentos feministas, Eleonora Menicucci de Oliveira, 67 anos, assumiu o cargo de ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), numa concorrida cerimônia no Palácio do Planalto, dia 10 de fevereiro. Mineira de Lavras, socióloga, Eleonora é professora e pró-reitora da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo), carrega no currículo um passado de lutas contra a violência doméstica e direitos humanos; foi companheira de cela da presidenta Dilma no período da ditadura militar.

Militante do movimento feminista, Eleonora nunca se distanciou da luta em defesa das mulheres, principalmente com os temas relacionados aos direitos reprodutivos, saúde integral da mulher, violência doméstica e sexual, aborto, direitos humanos e políticas públicas de saúde.

A posse da nova ministra aconteceu um dia depois de o Supremo Tribunal Federal julgar a Lei Maria da Penha constitucional, renovando a confiança de que a interpretação única da lei garanta a apuração e investigação dos casos de violência contra a mulher em todo o país, mesmo quando a vítima não queira prestar queixa. Para a ministra Eleonora, “É inegável a mudança provocada pela lei no imaginário e na vida cotidiana das mulheres. A vitória no STF representa um marco histórico na vida das brasileiras”.

A nova ministra anunciou que na sua gestão, vai conversar com representantes de partidos políticos, de sindicatos, de movimentos feministas, ONGs, universidades e trabalhadores, porque “precisa de uma sociedade civil forte para avançar nas políticas públicas voltadas para as mulheres”.

No âmbito do Executivo, a ministra garantiu que vai marcar



presença nos outros ministérios, para assegurar a transversalidade das políticas de gênero em todos os programas do governo. “Meu esforço será com meus colegas e minhas colegas ministras. Se precisar, eu estarei sentada no gabinete deles quantas horas forem necessárias”, afirmou.

Segundo ela, um dos maiores desafios será tirar do papel o *III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*, com especial foco nas condições de trabalho das brasileiras, tanto no meio urbano quanto rural. “Ainda falta muito a fazer,



Foto: Renato Alves

## Ensino

Eleonora Menicucci tem uma trajetória intimamente ligada à área educacional. Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba e doutora em Ciências Políticas pela Universidade de São Paulo.

Pelas palavras da ministra em sua cerimônia de posse, a vivência na área educacional vai influenciar as estratégias da Secretaria de Políticas para as Mulheres no sentido de promover a igualdade de gênero ainda no sistema de ensino, inclusive para prevenir a violência. Pois como disse Eleonora “a disseminação sorrateira de padrões sexistas começa nas salas de aula, nos programas de entretenimento, nos serviços básicos de saúde, ou seja, nos vínculos sociais corriqueiros”.

“A entrada de Eleonora na SPM é importante porque ela conhece a comunidade escolar, a militância dos professores e funcionários da educação, e sabe o papel que a escola tem na reprodução de padrões de gênero”, afirma Selene Michelin Rodrigues, representante da CNTE no coletivo de mulheres da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

sobretudo em relação à ampliação das políticas relativas aos serviços públicos nas áreas de segurança, saúde e justiça, para que efetivem a prática da lei em sua plenitude, tornando o atendimento e os serviços mais acessíveis, mais atuentes, céleres e respeitosos com as mulheres”, afirmou.

Disse ainda, que a SPM vai atuar para que todas as mulheres saiam da condição de miséria e de pobreza, para que possam ter mais e melhores oportunidades, mais autonomia econômica e não sofram tratamento desigual.



Joana Passos: ministra terá papel chave para tirar muitas mulheres da condição de exclusão

## Expectativas

A entrada de Eleonora Menicucci no Governo Federal foi comemorada pelas entidades da sociedade civil. Joana Passos, coordenadora do Programa de Educação do Núcleo de Estudos Negros (NEN), acredita que a ministra terá papel chave para tirar muitas mulheres da condição de exclusão social. “Principalmente se ela se dispuser a enfrentar os grupos conservadores da sociedade brasileira e contribuir com a implementação de políticas públicas de igualdade racial, com ênfase em saúde e direitos reprodutivos e sexuais que alcancem as mulheres empobrecidas, negras e indígenas”, afirma.

Guacira Cesar de Oliveira, coordenadora da ONG Cfêmea, salienta a trajetória de Eleonora nos movimentos feministas que, segundo ela, vai contribuir para o avanço das políticas na área. “A posse da nova ministra significa o reconhecimento pelo Governo Federal do movimento de mulheres e do movimento feminista, portanto da nossa agenda de lutas. A nossa expectativa é que se abram possibilidades mais concretas em relação ao diálogo com o movimento feminista e avanços nas políticas públicas intersetoriais para as mulheres. Acreditamos que a ministra vai ser muito mais ativa na articulação com cada um dos ministérios nas estratégias para a promoção da igualdade”, destaca Guacira.



Foto: Renato Alves

Selene Rodrigues, da CNTE, entrega a edição 2011 da revista *Mátria* no dia da posse da ministra Eleonora

# O toque feminino faz a diferença

Fortes e empreendedoras, mulheres assumem o protagonismo e deixam para trás benefícios sociais como o Bolsa Família

Ana Paula Domingues

**D**ados do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), revelados em setembro de 2011, indicam que, nos 8 anos de existência do Bolsa Família, 5.856 milhões de famílias deixaram de receber as transferências de renda do Governo Federal. Dentre outros motivos, aproximadamente 40% dos ex-beneficiários fazem parte de núcleos familiares que aumentaram sua renda *per capita* e desistiram do programa federal por conta própria. Nesse universo, a valorização do salário mínimo e o aumento dos pequenos empreendedores são os principais motivos para que 2.227 milhões de famílias tenham cancelado o benefício. Mesmo que imensurável, o papel da mulher nesse roteiro de sucesso tem um argumento de peso.

Cerca de 93% das transferências de renda executadas no país estão em nome das chefes de família. Na cidade do

Rio de Janeiro, o cenário segue o mesmo padrão e o índice chega a 92%. Segundo a diretora do Núcleo de Transferência de Renda da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) do Rio de Janeiro, Jeanine Lopes, a participação mulher como gestora titular dos recursos tem muito a ver com as características femininas. “A mulher é mais responsável e mantém o foco no bem estar da família. Em 99% dos casos de sucesso aqui no Rio, a protagonista é a chefe de família. Seja por meio do empreendedorismo ou conquistando vagas formais de emprego, na maioria das vezes, são as mulheres que alavancam a porta de saída e recolocam a família nos trilhos da cidadania”, afirma.

A carioca Wanessa Ayres Martins, de 31 anos, foi usuária do Bolsa Família por quatro anos. Viveu o drama de sustentar o filho com o repasse mensal de R\$ 68,00, superou o enredo de angústia e privações e hoje desfruta do final feliz. Moradora do bairro do Tanque, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, ela reconhece com naturalidade o ponto onde a situação econômica começou a tornar sua vida pessoal em tragédia social. “Fiquei três anos desempregada. Em 2006, minha situação estava insustentável. Pedi

Wanessa:  
Bolsa Família  
ajudou enquanto  
ela se reestruturava



Foto: Ana Paula Domingues



para que minha mãe cuidasse do meu filho mais velho, na época com 8 anos, e fiquei com o recém-nascido. Ao mesmo tempo, me separei do pai deles. Nesse momento, senti que a ajuda dos meus parentes não seria mais o bastante”. Por orientação de amigos, procurou a SMAS, foi inscrita no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) do Governo Federal e tornou-se uma das 194 mil beneficiárias do Bolsa Família da capital fluminense. “Mesmo sendo pouco, a bolsa ajudou muito enquanto me reestruturava. Ao final de cada mês, sabia que o dinheiro estaria disponível. Usava para comprar uma cesta básica e garantir alimento na mesa”.

Os primeiros capítulos de superação na novela da vida de Wanessa começaram a ser escritos em 2008, quando ela conseguiu uma vaga de pesquisadora de comércio em uma firma de extintores de incêndio. Com o salário mínimo, conseguiu colocar o filho na escola e dar início à faculdade de Enfermagem. Dois anos depois, já promovida a chefe de escritório e com ganhos mensais de R\$ 900,00, pediu o cancelamento do benefício, certa de que os momentos de suspense e provação haviam chegado ao fim. “Agi com consciência. Já tinha reconquistado minha cidadania e sabia que outros precisavam da oportunidade que eu tive. Adoro minha autonomia. Não curto nada de mão beijada, gosto de conquistar as coisas. Nada que vem sem esforço dura para sempre”, diz ela. Atualmente, Wanessa é agente de saúde em uma empresa que presta serviços ao município do Rio. Mesmo trabalhando das 9h às 20h, seis dias por semana, a futura enfermeira afirma com orgulho que retomou o papel de estrela do lar e que nem pensa em reprises em sua

vida. Com o casamento reatado, ela só quer saber de estrear na profissão dos sonhos e aproveitar a presença dos dois filhos em casa. “O relacionamento mudou totalmente. Foi a falta de perspectiva e maturidade que nos separou. Hoje, ele me respeita pela minha condição de mulher e batalhadora. Espero nunca mais ter que depender do Bolsa Família. E, para aqueles que ainda recebem, tem que ter muita força de vontade. Não se acomodar, sem almejar nada para o futuro”, completou.

### Em 35% dos lares brasileiros quem manda é a patroa

Wanessa é integrante de uma das 22 milhões de famílias brasileiras que identificam como principal responsável alguém do sexo feminino. Segundo o Instituto

de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), entre 2001 e 2009, o percentual de famílias brasileiras chefiadas por mulheres subiu de aproximadamente 27% para 35%. Um estudo do órgão indica três hipóteses para a escolha de uma mulher como pessoa de referência no domicílio: a mulher ganha mais que o homem, possui mais escolaridade ou tem uma situação de trabalho mais estável. Esse é o caso de Luciana de Souza, de 30 anos. Cozinheira e dona de um restaurante na comunidade da Rocinha, na Zona Sul do Rio de Janeiro, é ela que dá as rédeas em casa. Empreendedora por natureza, a “chef” faz parte do grupo de mulheres que vem investindo no aprimoramento ou abertura de um negócio próprio na Cidade Maravilhosa.



*Entre uma feijoada e uma dobradinha, Luciana dá as ordens*

Foto: Ana Paula Domingues

Joelma Ferreira, diretora do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Rinaldo de Lamare, localizado nas proximidades da Rocinha, atesta que são as mulheres o gênero que mais corre atrás de especialização nos cursos e capacitações oferecidos pela Prefeitura do Rio na região. Para a assistente social, a busca pela independência financeira tem tornado as mulheres mais sensíveis e atentas às mudanças econômicas e sociais vividas pelas classes menos favorecidas nos últimos anos. “De acordo com dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV), entre 2003 e 2009, cerca de 29 milhões de brasileiros entraram para a classe C. Aqui no Rio podemos somar esse movimento ao fenômeno das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs) em comunidades como a Rocinha, Vidigal e Chácara do Céu, todas atendidas pelo nosso CRAS. A presença dos órgãos de segurança tem aquecido as economias locais e influenciado no aumento da procura pelo nosso curso de Empreendedorismo Comunitário, por exemplo”. Ainda, segundo Joelma, cerca de 70% das alunas da iniciativa municipal são mulheres e moradores de comunidades de baixa renda.

Luciana é uma das comerciantes da comunidade a estampar na parede de seu estabelecimento o certificado de conclusão do curso. A dona do Bar da Lú, localizado na Via Apia, uma das principais ruas da localidade, revela que teve sua vocação gastronômica despertada durante sua primeira experiência no mundo do trabalho. “Meu primeiro emprego foi como ajudante de cozinha de um restaurante japonês. Minha dedicação chamou a atenção dos donos e com a ajuda deles cheguei à cozinha internacional do

Hotel Glória, onde aprendi basicamente tudo que emprego no meu restaurante”, afirma. Sem desdenhar do prato que comeu, ela alega que um dos motivos que levou a abrir o negócio próprio foi a possibilidade de passar mais tempo perto dos dois filhos. Ao lado de Fábio Damião, que, além de marido, é seu funcionário no restaurante, Luciana revela que a possibilidade de aumento da renda familiar foi fator determinante na empreitada. “Graças a Deus nunca precisei de benefício do governo, mas muitas mulheres que desejam ser autônomas e deixar os cartões sociais para trás vêm falar comigo, pedir conselhos. Sempre digo a elas que precisamos impor metas em nossas vidas. Eu, por exemplo, já alcancei a minha primeira. Investi a poupança dos 8 anos de funcionamento do bar na compra de uma quitinete aqui mesmo na Rocinha. O aluguel do imóvel retorna integralmente para o futuro dos meus filhos”.

Com uma renda que varia entre R\$ 3,5 mil e R\$ 4 mil por mês, a chefe de família conta o segredo para manter uma relação saudável quando quem dá as ordens é a esposa. “Não misturar as coisas. Aqui no bar eu sou a patroa, mas lá fora somos um casal que divide os deveres e direitos de um relacionamento a dois”. Entre uma feijoada e uma dobradinha, Luciana desconversa quando o assunto é aposentadoria. Quando perguntada então sobre os próximos objetivos a serem conquistados, a mulata de quase 1,70m de altura olha para o interior do restaurante de 16 lugares e profetiza. “Quero comprar a loja ao lado para, pelo menos, dobrar a capacidade de atendimento do meu bar, mas não fala dessa nossa conversa para o meu marido, porque é surpresa”, finaliza.

**Há 10 anos »**

**20% das 38 milhões famílias brasileiras eram sustentadas exclusivamente por mulheres.**

**Hoje »**

**35% das mulheres são chefes de família e gastam em média 23,9 horas semanais com afazeres domésticos**

Fonte: IBGE/Censo (2000) e Censo (2010)

# Autonomia econômica e igualdade no trabalho com inclusão social



**Rosane da Silva**

Secretária da Mulher Trabalhadora da Central Única dos Trabalhadores (CUT)

**H**á quem diga que o machismo já foi superado e que as mulheres já alcançaram condições de igualdade com os homens em nossa sociedade. Sem dúvida nós mulheres conquistamos avanços importantes ao longo da história, inclusive hoje temos uma mulher Presidenta da República. No entanto, um olhar mais cauteloso deixa evidente que para o conjunto das mulheres, principalmente as trabalhadoras, a discriminação ainda se faz presente no nosso cotidiano, e há muito a ser transformado para que possamos de fato construir uma sociedade livre do patriarcalismo.

Para nós feministas, a autonomia econômica das mulheres se refere a sua capacidade de ser provedoras de seu próprio sustento, assim como das pessoas que delas dependem, e de poder decidir qual é a melhor forma de fazê-lo. Nesse sentido, autonomia econômica é mais que autonomia financeira, já que também inclui o acesso à previdência e aos serviços públicos.

O salário não é a única fonte de nossa autonomia; ela depende de nossa formação, do acesso aos bens comuns, ao crédito, à economia solidária e aos serviços públicos. Produzimos riqueza não monetária, que redistribuímos diretamente. Desde pequenas, as mulheres dedicam uma grande parte de seu tempo para a satisfação das necessidades da sociedade, dos membros de suas famílias e de suas comunidades.

## Os modelos econômicos vigentes e as mulheres

Os governos e os que formulam políticas econômicas não consideram que as mulheres têm pleno direito ao trabalho remunerado. Partem do pressuposto de que as pessoas vivem em famílias tradicionais (pai, mãe e filhos). Neste modelo, o pai assegura o sustento da família com seus ganhos e a mãe, depois de haver feito todo o trabalho doméstico, pode trabalhar por algum dinheiro “extra”, que servirá de ajuda. Isto está muito longe da realidade. Ao contrário do que diz a ideia dominante de que são os homens os únicos provedores de suas famílias e comunidades, muitas mulheres sustentam sozinhas suas famílias ou compartilham o sustento com seu companheiro ou outras pessoas adultas.

Para que todas as mulheres tenham autonomia econômica, temos de construir uma sociedade na qual o trabalho – em todas as suas formas – seja reconhecido e valorizado. Hoje, as riquezas produzidas por meio do trabalho humano se concentram nas mãos dos possuidores do capital, em forma de lucros. Nós reivindicamos a inversão dessa lógica e que as riquezas sejam utilizadas para a remuneração do trabalho.

Compreendemos que a autonomia econômica para todas as mulheres nunca será possível dentro do sistema capitalista, cuja verdadeira razão de ser se baseia na

**Um olhar mais cauteloso deixa evidente que para o conjunto das mulheres a discriminação ainda se faz presente no nosso cotidiano**



exploração das pessoas e do meio ambiente. Nossas ações e propostas têm como objetivos a distribuição das riquezas, o direito de todos e todas ao emprego, às condições de produzir e comercializar com dignidade, à possibilidade de crescimento pessoal, e também o direito ao tempo livre.

Queremos uma sociedade com pleno emprego para mulheres e homens, em que as e os jovens não tenham que começar tão cedo a trabalhar por uma remuneração. Uma sociedade na qual as pessoas tenham tempo livre suficiente para si mesmas e para atuar em comunidade.

### O trabalho das mulheres

As desigualdades vivenciadas pelas mulheres no dia a dia reproduzem-se no mercado de trabalho. A esfera do trabalho, ao mesmo tempo em que reflete valores sociais que atribuem um papel secundário às mulheres, contribui para a reprodução desses valores.

As mulheres recebem menos que os homens, por discriminação direta e indireta. Uma forma de discriminação indireta é o fato de as mulheres se concentrarem em determinadas profissões e tarefas que são pior remuneradas, justamente por serem exercidas pelas mulheres.

Quase metade das trabalhadoras brasileiras está nos setores de educação, saúde e serviços sociais, sendo que 17% estão no emprego doméstico. As habilidades que as mulheres adquirem ao longo de sua socialização de gênero (destreza manual, paciência) são aproveitadas para o trabalho produtivo, mas elas não são melhor remuneradas por isso.

O fato de as mulheres serem responsáveis pelo cuidado da casa, dos filhos, dos doentes e dos idosos limita suas possibilidades no mercado de trabalho. O que pode ser observado através das barreiras ao acesso, à permanência e à promoção no emprego, das menores possibilidades de qualificação profissional e de ascensão aos postos mais elevados nas empresas.

A desigualdade salarial entre homens e mulheres ainda é o grande fator de diferença de trato nos locais de trabalho. Mesmo tendo mais anos de estudos, ganhamos, em média, 30% a menos que os homens que

ocupam as mesmas funções, somos a maioria entre a população que recebe até um salário mínimo.

Esta é mais uma manifestação da desigualdade de renda e da hierarquia que estrutura nossa sociedade. Sendo assim, sabemos que a valorização do salário mínimo é fundamental para toda a classe trabalhadora e insere-se de maneira decisiva na luta das mulheres.

Mais da metade da classe trabalhadora desempregada são mulheres, o que demonstra uma nítida desigualdade de oportunidades entre os sexos e a importância de uma agenda de crescimento econômico que gere empregos de qualidade, nos quais as mulheres também estejam contempladas.

### A disputa pelo modelo de desenvolvimento e a agenda feminista

Para reverter esse quadro são necessárias políticas de elevação de renda, a exemplo da política de valorização do salário mínimo. São ainda necessárias políticas de combate à diferenciação do trabalho por sexo, que confina as mulheres em guetos. A garantia por parte do Estado de políticas de apoio à reprodução social, como creches e de cuidado aos idosos, também contribuem para a diminuição da dupla jornada destinada às mulheres

O projeto de desenvolvimento para o Brasil com distribuição de renda e valorização do trabalho, que vem sendo pautado pela CUT, deve considerar a condição social das mulheres e sua situação no mercado de trabalho, ou seja, precisa ter

como eixos a geração de empregos com qualidade e a garantia de políticas públicas de distribuição de renda.

Por isso, a CUT organiza as mulheres – para mudar a vida de toda a classe trabalhadora, homens e mulheres, e construir uma sociedade de fato justa e igualitária. Este desafio passa por uma questão central, que é a construção de um projeto de desenvolvimento para nosso país, que incorpore a luta das mulheres.

Mobilizar o conjunto da classe trabalhadora e dos movimentos sociais em torno dessa agenda é uma tarefa primordial para todas/os as/os sindicalistas que acreditam que para mudar o mundo é preciso mudar a vida das mulheres.

**Mais da metade da classe trabalhadora desempregada são mulheres, o que demonstra uma nítida desigualdade de oportunidades entre os sexos**

# A hora e a vez da voz feminina

Terceira Conferência de Mulheres traça diretrizes para fortalecimento dos direitos em estados e municípios

“**N**inguém conhece as necessidades e demandas das mulheres melhor do que vocês, mulheres, e a oportunidade que esse encontro oferece no encaminhamento dessas necessidades é um valor extraordinário. Vocês são as vozes de todas as mulheres brasileiras aqui nesse auditório”. As palavras, da diretora-executiva da ONU Mulheres, Michelle Bachelet, foram ditas em seu discurso durante a 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.

A Conferência, que aconteceu em dezembro de 2011, reuniu cerca de três mil mulheres de diversos setores, organizações e esferas de governo. O tema do encontro foi a “Autonomia e igualdade para as mulheres” foi uma oportunidade para que mulheres de todo o País, entre delegadas e convidadas, unissem forças para a consolidação das políticas para as trabalhadoras.

A presidenta Dilma Rousseff abriu o encontro e em seu discurso ressaltou a importância das mulheres no cenário social e político brasileiro e mundial e destacou “tenho o compromisso inabalável – e reafirmo aqui – de aprofundar as políticas de igualdade de gênero em nosso país. Esta, vocês sabem, é uma caminhada de muitos obstáculos e desafios, mas nós estamos avançando e vamos continuar avançando porque não seguimos sozinhas”, disse.



Para a secretária de Relações de Gênero da CNTE, Isis Tavares, uma das principais conquistas da 3ª Conferência foi a elaboração da terceira versão do Plano Nacional de Políticas Para as Mulheres. De acordo com ela, o documento vai servir

de base para estados e municípios elaborarem seus próprios planos e criarem órgãos específicos para gerir as políticas específicas. “Nós hoje precisamos ter um documento guia de políticas para as mulheres, com a indicação de serem criadas secretarias



ou conselhos para fazer esse acompanhamento. Nós temos que ter um documento baseado numa discussão ampla e democrática com as mulheres de cada município, de cada estado, e se construir esse plano municipal”, afirma Isis.

Isis ressalta a contribuição das delegadas da CNTE que participaram da conferência e da elaboração do Plano Nacional. “Nós já tínhamos uma discussão em nossas reuniões anteriores de interferir não só na questão da educação inclusiva, não sexista, não homofóbica, não lesbofóbica, mas também em relação à autonomia das mulheres, direitos sexuais e reprodutivos, e creio que as nossas trabalhadoras em educação fizeram a diferença. Nós conseguimos trazer representantes do Sinteam, da Apeoesp, do Sintep e de vários outros estados também. Mesmo as mulheres que não puderam vir na conferência, foram fundamentais nos debates estaduais e municipais”, explica a secretária de Gênero.

**Resultados** - “A 3ª Conferência nos trouxe condições de dar

mais consistência às ações aprovadas, criando meios de implementação por parte dos governos, e a transparência permitirá a fiscalização por parte da sociedade”, afirmou a então ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Iriny Lopes.

As resoluções aprovadas na 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres produziram um documento fruto de intensos debates sobre políticas públicas. Nele, foram incluídas as resoluções aprovadas no encontro. Entre elas, o de garantir e ampliar os direitos das trabalhadoras domésticas, com especial ênfase na equiparação de direitos com os demais trabalhadores; criar e ampliar programas de qualificação, capacitação e formação de mulheres para o mercado de trabalho, rural e urbano; reduzir a jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem redução salarial; ampliar a licença maternidade para 180 dias a todas as trabalhadoras; e garantir o direito ao trabalho no campo e na cidade, promovendo medidas e ações específicas para a igualdade

entre mulheres e homens, consolidando a política de valorização do salário mínimo e implementando ações para a igualdade salarial entre gêneros.

“Foi uma conferência positiva e afirmativa da agenda feminista, e reforçou a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM)”, resume Iriny.

**Aliada** - Foi ressaltada ainda a necessidade de garantir a capacitação para absorção da força de trabalho feminina em ocupações que não sejam somente as tradicionalmente consideradas “femininas”, em grandes eventos e obras, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, por exemplo.

“Estamos dando aqui um novo e importante passo. Quero dizer para vocês que nós vamos em frente. E, para encerrar, quero reafirmar que as mulheres brasileiras têm, em sua presidenta, uma aliada incondicional na construção de um Brasil mais igual, em que as mulheres sejam cidadãs de primeira classe”, concluiu a presidenta Dilma.



Foto: www.conferenciadasmulheres.com.br





# Um objeto chamado mulher

O que você diria de um anúncio que usa como bordão a frase: “a garota é apenas equipamento opcional”? Parece surreal, mas é verdade. A propaganda foi veiculada na década de 70, mas não é preciso ir muito além no tempo para perceber que a mulher na mídia continua a desempenhar estereótipos que a colocam em papéis já ultrapassados pelo mundo moderno.

**E**m 2011, uma peça publicitária de uma marca de *lingerie* gerou polêmica e muita discussão entre o mundo da propaganda e o das feministas. O vídeo veiculado na televisão mostrava a modelo Gisele Bündchen ensinando a forma certa ou errada de se dar uma notícia ruim ao companheiro.

No filme, a modelo dava ao parceiro a notícia de que batera o carro. Num momento, ela vestia roupas formais e noutro apenas *lingerie*. O anúncio informava que a forma correta de se dar a notícia era a segunda, em que Gisele aparecia em roupas íntimas.

Para a ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Iriny Lopes, a propaganda estereotipou a mulher como um indivíduo que precisa se valer do corpo para ter uma condição igualitária ou não ser repreendida pelo companheiro.

“A propaganda caracteriza como correto a mulher dar uma notícia ruim apenas de *lingerie* e errado estar vestida normalmente. Essa definição de certo e errado caracteriza um sexismo atrasado e superado”, afirmou a ministra na ocasião.

**Discurso machista** - As propagandas citadas nessa reportagem têm, entre si, um lapso de tempo de 40 anos, e ambas expõem a mulher em situações semelhantes: ora como acessório, ora como objeto. “O papel da mulher na mídia tem tido um avanço muito tímido. A gente encontra algumas ações isoladas, mas nada ainda que represente um comercial específico para o papel que a mulher desempenha hoje no mundo moderno”, avalia a psicóloga e professora universitária, Andréa de Almeida Lara Ribeiro.

Mestre em comunicação pela Universidade de Brasília (UnB), Andréa estudou o tratamento dado pela publicidade às mulheres nos comerciais de carros. “A gente vê algumas ações isoladas da mídia, mas nada ainda que represente um avanço específico para as mulheres”, avalia.

Andréa analisou 34 comerciais televisivos entre as décadas de 1950 e 1990, de uma coleção organizada pelo Museu Nacional de Memória da Propaganda.

**Saúde pública** - Para Rachel Moreno, psicóloga, autora do livro “A Beleza Impossível – Mulher, Mídia e Consumo” (Editora Ágora), “discutir o que a mídia faz com a imagem das mulheres e os interesses

a que isto serve representa uma reflexão sobre o que ela faz com todos nós. E busca contribuir para a desconstrução deste mecanismo de controle de uma minoria de detentores destes meios sobre a maioria da população – o aparelho ideológico nas mãos do capital”.

Ela condena o ataque diário da mídia e faz um alerta: existe uma possibilidade real de o excesso de vaidade se tornar um problema de saúde pública, dada a interferência da mídia, da publicidade e dos interesses do mercado na formação das crianças e adolescentes.

A expectativa de Rachel Moreno é de que, “nos próximos anos, consigamos avançar no sentido de regular melhor o que fazem com a nossa imagem”. Para ela, é um absurdo que “sejamos campeões mundiais de violência contra a mulher e que – apesar dos acordos internacionais de que somos signatários e de nossa própria Constituição – não tenhamos avançado tanto quanto poderíamos e deveríamos rumo à igualdade entre os gêneros”.

**Na Internet** - Um grupo de blogueiras feministas se juntou para discutir as questões de gênero, e o papel da mulher na mídia não ficou de fora. Para Bia Cardoso, coordenadora do *blog* Blogueiras Feministas, independentes sexual e economicamente, as mulheres agora são torturadas por padrões de beleza impostos pela mídia. “Não basta ser bem-sucedida, boa esposa e mãe, é preciso ser magra, jovem e bonita”, critica.

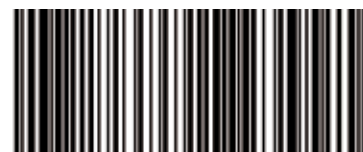
De acordo com ela, a presença da mulher na mídia, especialmente a televisiva e publicitária, é marcada pela exposição de corpos jovens e bonitos e faz todo sentido colocar mulheres nuas ou seminuas em jornais populares porque vende.

“Talvez nunca tenhamos deixado de ser enfeite”, lamenta.

A blogueira cita como exemplo a exigência feita, por exemplo, por uma marca de cristais, que, ao selecionar moças para fotografar com as peças, repassou para a agência de publicidade que precisava de ‘mulheres altas, brancas e magras’. “A justificativa era de que esse é o perfil que combina com os cristais”, revelou Priscila Caroline Souza, do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfêmea) e também colaboradora do *site* Blogueiras Feministas.



Bia Cardoso coordena blog feminista



**Para 80% das mulheres, a exposição delas na mídia desagrada e contribui para a desvalorização da figura feminina.**

**70% são favoráveis a algum tipo de controle sobre a programação e publicidade.**

Fonte: Fundação Perseu Abramo/Sesc 2010

# Antes que seja tarde

...

*“Com força e com vontade  
A felicidade há de se espalhar  
Com toda intensidade ...  
... Há de fazer alarde  
E libertar os sonhos  
Da nossa mocidade  
Antes que seja tarde  
Há de mudar os homens  
Antes que a chama apague  
Antes que a fé se acabe  
Antes que seja tarde.”*

(Ivan Lins e Vitor Martins)

**A** repercussão nas redes sociais de uma suposta tentativa de estupro no programa Big Brother Brasil 12, da rede Globo de televisão, traz à tona discussões importantes e inadiáveis. Reporto-me a esse fato pelo nível dos comentários de homens e mulheres de idades variadas acerca do ocorrido no *twitter* e *facebook*.

Para garantir as cifras arrecadadas pela Globo com as votações e o *merchandising* do programa, chegamos ao limiar da barbárie com Pedro Bial tentando descaracterizar o provável estupro como crime. E o pior: criou opinião! Chamou o possível sexo sem consentimento de “amor”.

Ao longo da história da humanidade, mulheres foram, e ainda são, vítimas das piores humilhações. Foram, e ainda são, barbaramente torturadas e assassinadas para terem, hoje, o direito de reivindicar, na lei e na vida, IGUALDADE.

Felizmente, os *blogs* e sítios da internet que debatem o que é veiculado pela grande mídia fizeram o contraponto e um acalorado debate foi travado. Mas por que, com todas as críticas ao programa externadas por muitos/

as como “baixaria”, “porcaria” e outros adjetivos equivalentes, ele está na sua 12ª edição?

Por que, apesar dos debates com educadores e representantes da própria imprensa, que concordam com a baixa qualidade da programação ofertada à população, essas empresas de comunicação continuam com esmero a despejar o lixo midiático que produzem nos nossos lares?

## **Este é um debate que não podemos postergar!**

O que assistimos é a manipulação da opinião pública e a mercantilização das emoções. O consumismo celebrado com endereço certo e por faixa etária e social induz inclusive jovens em formação, que estão mais vulneráveis a determinados comportamentos estereotipados.

Por trás de programas como o BBB existe uma indústria de entretenimento impulsionada pelo mercado que cria as necessidades mais improváveis nas mais diferentes pessoas, como comprar o *pay-per-view*, todas as revistas com as fotos com e sem roupa dos/as participantes, as marcas dos alimentos da “casa”, etc.



**Ísis Tavares  
Neves**

Secretária de Relações de Gênero da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e Conselheira do CNDM

**Felizmente, os blogs e sítios da internet debatem o que é veiculado pela grande mídia**



## Isso é indispensável para se viver bem, com qualidade de vida?

Até quando ficaremos passivas/os assistindo os donos das empresas de comunicação, em especial de TVs, decidirem o que gostamos de assistir e deixaremos que nossas/os filha/os assistam?

Até quando deixaremos a grande mídia nos teleguiar, interferir no que interessa ao mercado e deixaremos de lado o que realmente interfere no rumo de nossas vidas?

Nós queremos o lixo midiático que é despejado diuturnamente nos nossos lares?

Em pouco tempo, os empresários das necessidades improváveis não medirão esforços para fazer um programa interativo em tempo real, nesses moldes!

Liberdade de escolha restringe-se a assistir o que nos é vendido como “o melhor”, simplesmente desligar a TV por falta de opção ou criar condições de decidir o que assistimos?

Por que a mídia convencional vocifera contra o Conselho de Comunicação e o Marco Regulatório das Comunicações, como tentativa de censura e ataque à liberdade de imprensa, constantemente vai à justiça para tirar do ar os *blogs* que manifestam opinião contrária aos seus editoriais e reportagens?

A quem não interessa a responsabilização e a democratização dos meios de comunicação?

Hoje, apesar da importância e relevância dos mais variados *sites*, portais, rádios comunitárias e *blogs*, a imprensa alternativa tem dificuldades para conseguir financiamento. Enquanto a maior parte dos recursos de publicidade oficial ainda é destinada aos canais da mídia convencional.

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara Federal instalou uma subcomissão só para cuidar desse tema em 2012. O presidente da subcomissão será o deputado Júlio Campos (DEM-MT) e a relatora, a deputada Luciana Santos (PCdoB/PE). Entretanto precisamos ir além disso para garantir a liberdade de expressão e o direito à comunicação de todos e todas. É preciso promover e realizar mudanças no sistema midiático do nosso país.

**A comunicação é um direito! E todos e todas devem ter esse direito garantido com a melhor qualidade possível.**

Diante dos ataques da grande mídia às famílias brasileiras, as redes sociais foram ocupando o espaço não alcançado nos meios convencionais.

Hoje, a internet tornou-se um meio necessário e importante para a comunicação. É por meio dela que o cidadão questiona, põe em xeque e até consegue, de certa forma, mudar o comportamento da mídia tradicional, vide o caso do próprio BBB12, com a expulsão do acusado do suposto estupro.

Embora seja um direito da população – que paga caro pelo acesso à rede e gera lucro, já que se trata de um produto altamente rentável –, as empresas de telecomunicação ainda oferecem um serviço de internet de péssima qualidade, com intermitência de sinal, lentidão e apagões.

Uma tentativa de mudar esse quadro foi sugerida, em 2009, durante a Conferência Nacional de Comunicação, que caracterizou a Banda Larga como um direito funda-

mental a ser garantido pelo Estado. No entanto, a definição não saiu do papel até hoje. Os artigos da Constituição Federal que tratam dos meios de comunicação não foram regulamentados até este momento.

Bandeiras como a democratização dos meios de comunicação, a garantia da liberdade de imprensa, a universalização do acesso e a liberdade na internet, o fortalecimento do sistema público e das mídias comunitárias, a valorização e promoção da cultura nacional e sua diversidade, a criação de mecanismo de proteção à

infância e à adolescência sobre o conteúdo veiculado nas programações e de responsabilização das concessionárias pela violação dos direitos humanos devem estar na pauta dos movimentos sociais, em especial dos trabalhadores e das trabalhadoras em educação, que são constantemente atacados/as, ridicularizados/as e responsabilizados/as pelas mazelas da educação.

A sala de aula é um espaço privilegiado de discussão, sensibilização e formação. É nosso papel fomentar esse debate.

Acreditamos que a história acabou? Que o mundo do jeito que está foi o melhor que a raça humana conseguiu produzir?

Acredito que, com unidade, com força e com vontade, nossa luta há de se espalhar com toda intensidade e há de promover as mudanças que precisamos para o mundo que queremos.

**A sala de aula é um espaço privilegiado de discussão, sensibilização e formação. É nosso papel fomentar esse debate**

# Igualdade fora do tom

**D**ois momentos de um país: no primeiro, uma família espanhola almoça em um restaurante no Bairro Paraíso na grande metrópole da América do Sul – São Paulo. O casal vai até o *buffet* para se servir, enquanto o filho de seis anos espera à mesa.

Em poucos segundos, o menino desaparece da visão da mãe que, desesperada, começa a procurá-lo pelo estabelecimento. Não demorou muito e ela descobriu que ele havia sido colocado para fora do restaurante por um segurança. Foi confundido com um menino de rua. Detalhe: a criança é etíope e negra.

Num outro momento do mesmo país, a primeira juíza negra do Brasil assume o cargo de Desembargadora do Tribunal de Justiça da Bahia. Luislinda Valois, uma baiana de Salvador, 69 anos de idade, 50 dedicados ao serviço público, assumiu o cargo a menos de um mês de completar 70 anos.

Os dois episódios aconteceram no mesmo mês, em dezembro de 2011. No fim do ano que a Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu como Ano Internacional dos Povos Afrodescendentes. Uma iniciativa para promover a reflexão sobre as consequências do racismo e da intolerância.

**Sem escolha** - Qual dos dois momentos reflete melhor o Brasil do século XXI? – um país onde mais da metade da população, 50,3%, declara-se negra ou parda, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, Pnad, do IBGE. “Eu



*Luislinda Valois: favorável à política de cotas para negros, mas com ressalvas*

ainda sou uma exceção”, declarou a nova Desembargadora do TJBA ao conversar com nossa reportagem no dia em que tomou posse do cargo.

De acordo com ela, o fato de uma mulher, negra, de origem humilde, chegar onde chegou é raro. “Basta olhar os postos de comando no país. Não se encontra mulher negra nos cargos ministeriais, por exemplo. Temos muitas mulheres, é verdade, mas negra, só temos uma

e está na SEPPIR (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Ministra Luiza Bairros)”, diz.

**Classe C** - Um ano inteiro dedicado à promoção de políticas mais inclusivas, de reflexão e combate ao racismo e ainda há muito trabalho, admite a própria ministra Luiza Bairros. Para ela, “as desigualdades raciais são o núcleo duro de nossas desigualdades. Elas continuam,

mesmo após uma década de políticas públicas bem sucedidas.”

Em entrevista ao Portal Áfricas, a ministra lembra que “o último censo não deixa margem a dúvidas sobre as desvantagens sociais vividas pelas mulheres negras”. No entanto, ela pondera que, apesar disso, “é bom salientar que a mulher negra se move e ocupa um lugar central também no que os pesquisadores estão chamando de ‘a nova classe C’, com melhoria de rendimentos, novos padrões de consumo e fortalecimento da participação política, como se pode ver até pela composição de diferentes setores do movimento negro”, anima-se.

**Mortes** - Os números, entretanto, revelam uma realidade mais cruel. Dados do *Mapa da Violência 2011: os novos padrões da violência no Brasil*, realizado pelo Instituto Sangari, divulgado pelo Ministério da Justiça, revelaram que pessoas brancas são cada vez menos vítimas de homicídios, enquanto aumenta cada vez mais o crescimento dos assassinatos contra negros.

Em oito anos (2002 - 2010), a taxa de mortalidade de negros por homicídio no Brasil registrou

aumento de 23,4%. Em relação aos brancos, as taxas tiveram queda, na última década, da ordem de 27,5%.

Na capital do país, a pesquisa mostrou que morreram 437,5% mais negros que brancos e o Governo do Distrito Federal admite que a falta de políticas públicas para esses grupos explicam as mortes.

O DF ocupa a quinta posição do *ranking* nacional de homicídios de negros e pardos, atrás de Alagoas, Espírito Santo, Paraíba e Pará – todos com taxas acima de 50 homicídios para cada 100 mil negros. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 56,31% da população do DF se declarou preta ou parda em 2010.

**Cotas** - Luislinda Valois acrescenta a toda essa triste realidade de violência contra a população negra a falta de oportunidade que as mulheres afrodescendentes enfrentam no Brasil, sendo que a própria história delas já é o retrato dessa luta diária. Ela recorda-se que ainda criança foi aconselhada por um professor a abandonar os estudos e a servir feijoadinha na casa dos brancos.

A desembargadora destaca que “os negros consomem e pagam

impostos como todo cidadão brasileiro”. Filha de uma lavadeira e de um motorneiro de bonde, ela trabalha desde criança. Catava mariscos, lavava e passava roupa para fora. Apesar de tudo, Luislinda diz não ter ressentimento em relação ao professor que um dia a desaconselhou a estudar. “Isso me deu determinação”, afirma.

Acostumada a lidar com as dificuldades, ela defende a política de cotas para negros, mas com ressalvas: “sou favorável, mas não eternamente, senão vai virar esmola e não queremos isso”.

## Há dez anos »

Números do Ministério do Trabalho mostram que o **homem branco ganha quase cinco vezes mais do que a mulher negra**: elas recebem, em média, 1,7 salários mínimos, seguidas dos homens negros (2,9), das mulheres brancas (3,6) e dos homens brancos (6,3).

## Hoje »

**Mais da metade da população, 50,3%, se declaram negra ou parda (IBGE)**. Mesmo assim, recebem por hora, em média, 60,4% do pago às demais camadas populacionais, de acordo com estudo do Dieese e da Seade.

## Estudo sobre as trabalhadoras domésticas

A ministra Eleonora Menecucci, em seu discurso de posse, disse que uma de suas prioridades à frente da SPM será garantir os direitos das domésticas que ainda não são amparadas pelas leis trabalhistas. Sobre esse tema, a pesquisadora Elisabete Aparecida Pinto (foto) fez um estudo aprofundado sobre a condição dessa categoria de trabalhadoras no artigo intitulado: “Mulher Negra e o emprego doméstico: a travessia pelo século XX e as novas perspectivas para o século XXI”. A autora faz uma análise histórica da inserção da mulher negra no emprego doméstico no Brasil, identifica os fatores que propiciaram a organização dessa categoria profissional e as possibilidades de reconhecimento por parte como pertencente ao grupo étnico-racial negro. O conteúdo completo do artigo está publicado no site da Cnte, Secretaria de Gênero, seção artigos.



Foto: Divulgação



# Câncer: Um mal desnecessário

**Katia Maia**

**E**ra uma roda de amigas, a maioria com mais de 40 anos e o assunto (recorrente) era a frequência de casos de câncer na vida e no dia a dia de pessoas comuns. Uma delas declarou que câncer, hoje em dia, está mais para uma certeza e seria o caso de perguntar-se: — Câncer, qual será o meu? Falou para as amigas em tom de brincadeira, mas, no fundo, todos ali presentes sabiam que a frase tinha um ‘quê’ de verdade. O câncer se popularizou e, entre as mulheres, tem sido motivo de preocupação constante.

“A vida agitada, moderna, fez com que as mulheres de hoje tenham menos filhos e deixem para engravidar muito mais tarde. Isso contribui para o aparecimento da doença”, explica Farid Buitrago, Chefe do Núcleo de Detecção do Câncer, do Distrito Federal.

Estatísticas revelam que o câncer de mama é o mais frequente entre os cânceres femininos, seguido do câncer do colo de útero. A boa notícia é que os dois têm cura e que o nome dela é prevenção. “O pilar fundamental para que se obtenha sucesso no tratamento da doença é a informação”, alerta Farid.

**Incidência** - Dados da Secretaria de Saúde revelam o registro de 56 novos casos da doença por mês e que, quando há o diagnóstico na fase inicial, a chance de cura chega a 90%. De acordo com Farid, “infelizmente, ainda descobrimos o câncer em mulheres em fase muito



*Márcia: o autoexame é uma ferramenta preciosa na prevenção da doença*

avançada e quanto mais tardia, mais mutilador é o tratamento”, lamenta.

Márcia Sarmento, servidora pública, descobriu que tinha câncer de mama aos 46 anos. Apesar de fazer parte das estatísticas de quem descobre a doença já em fase adiantada, ela fugiu ao comum porque sempre fez o acompanhamento de sua saúde. “Já havia tratado 14 nódulos benignos, que eu acompanhava há 12 anos”, diz.

Em 2007, Márcia sofreu um impacto emocional forte, com a perda do irmão mais novo de forma repentina. “Naquele momento, fiquei muito abalada”, recorda-se.

Ela, que já estava com cirurgia marcada para a retirada de um último nódulo até então benigno, suspendeu a intervenção devido à sua condição emocional.

Ao realizar uma nova mamografia o diagnóstico revelou que o nódulo tinha se tornado maligno. A partir daí, ela teve de se submeter ao tratamento de quimioterapia, radioterapia, retirada e reconstrução das duas mamas. “Encarei bem a química e a rádio, mas a cirurgia de retirada das mamas foi avassaladora; é uma castração”, conta.

**Apoio** - Márcia enfrentou um ano de tratamento. Durante esse

Thaís: mãe ajudou no tratamento



Foto: Katia Maia

tempo, teve o apoio incondicional da filha, na época com 10 anos, e do marido. Ela atribui boa parte do seu êxito na luta contra a doença ao suporte “fundamental” que teve da família e dos amigos, além da sua determinação para ficar boa. “Temos que ter fê, foco, determinação e esperança”, recorda-se.

Toda vez que surgiam os efeitos colaterais do tratamento, ela tinha em mente uma certeza: “vai passar”. Segundo Márcia, enfrentar um câncer é uma revolução na vida do ser humano. “A doença muda grande parte dos nossos valores e a nossa forma de pensar e agir. Hoje em dia, de certa forma, eu escolho o sofrimento que vale a pena ter em minha vida, porque sei que qualquer abalo pode significar uma recaída. Por isso, redimensionei muita coisa”, revela.

Os pacientes de câncer só obtêm o diagnóstico de cura depois de dez anos de acompanhamento frequente. “Até lá, dizemos que

tivemos alta da doença”, explica Márcia, que há cinco anos faz o acompanhamento permanente da saúde. Às mulheres ela aconselha: o autoexame é uma ferramenta preciosa na prevenção da doença.

**Cura** - Os cânceres de mama e de colo de útero são os mais frequentes entre as mulheres, mas há outros, e a prevenção e acompanhamento da saúde são condições básicas para que haja a detecção precoce de quaisquer tipos de câncer. Segundo a Fundação do Câncer, com a evolução das pesquisas e tratamentos, mais de 50% das pessoas que descobrem um câncer ficam curadas.

Thaís Romanelli, professora de 35 anos da Secretaria de Educação do DF desde 1995, enfrentou, em 2008, um câncer de tireóide e, durante nove meses, enfrentou um drama que, segundo ela, modificou a sua vida. “A gente nunca acha que vai acontecer com a gente”, diz.

Ela se recorda de que o tratamento é muito complicado. “Tive que tomar altas dosagens de iodo na radioterapia e isso me forçou a me isolar das pessoas por períodos de 10 a 15 dias”. Thaís também retirou a glândula tireóide e por causa disso terá de tomar medicação para repor os hormônios pelo resto da vida.

A vida de Thaís aos poucos volta ao normal. Agora, ela se prepara para casar-se com o noivo que, na época em que descobriu a doença, era apenas um namorado recente. “Ele acompanhou todo o meu drama e ficou ao meu lado. Assim como a minha mãe que me ajudou muito no tratamento”, agradece.

Para quem está enfrentando as duras provas que o tratamento de um câncer impõe ao paciente, Thaís não titubeia ao dizer que “tudo passa, é ruim, mas passa e, se eu posso dizer o que mais pesa no tratamento, não tenho dúvidas em apontar o apoio da família e dos amigos como o fator mais importante. Isso, claro, além da certeza e confiança de que você vai ficar curado. Esse lado psicológico ajuda e muito”, declara.

**A cada ano, aproximadamente 11 mil mulheres morrem de câncer de mama no Brasil.**

Fonte: Ministério da Saúde.

# Equilíbrio Hormonal e Antienvelhecimento



**Dra. Margarita Rhauen Ubaldo**

Médica e Professora de Pós graduação em Ciências e Fisiologia do Envelhecimento Humano - Universidade Anhembí-Morumbi/SP

**U**ma nova classe de hormônios, os bioidênticos, aumenta a possibilidade de uma vida mais saudável para o ser humano. Nascidos das pesquisas realizadas pelo renomado cientista americano Herbert Boyer, os hormônios bioidênticos vieram para revolucionar a medicina preventiva. A principal característica que os faz especiais é a de serem moléculas com estrutura química exatamente igual a dos hormônios humanos. Essa peculiaridade confere uma maior aceitação do organismo, menos riscos à saúde e considerável abertura para uma nova corrente da medicina, a que trata da longevidade saudável.

Vemos a expectativa de vida aumentar exponencialmente, sem a menor garantia de uma velhice saudável. Vivemos mais, com o risco crescente de adoecer mais. Não há muita vantagem nisso. Se não for adotada uma política global baseada na medicina preventiva, que propicie uma longevidade com melhor qualidade de vida, em breve teremos uma população mundial cada vez mais velha e doente, com a consequente quebra dos sistemas de saúde.

## Longevidade

Em 2040, a expectativa média de vida nos países desenvolvidos será de 100 anos. O que vai ser dessas pessoas? Ou, para quem tem mais de cinquenta anos hoje, o que vai ser de nós? Temos de considerar que viver muito nunca fez parte da evolução natural do ser humano. A expectativa

média de vida na Roma Antiga era de 19 anos; 29 anos, na Idade Média; 36 no século XIX; e de apenas 49 em 1930. Nesta mesma década, 23% das pessoas alcançavam os 65 anos de idade. Agora, em países desenvolvidos como os Estados Unidos, essa porcentagem alcança 87%. No Primeiro Mundo, a média de vida é de 84 anos.

Os Estados Unidos gastam 780 bilhões de dólares por ano só em tratamentos de doenças características da velhice. Para se ter uma idéia desse valor, basta dizer que o total de nossas exportações é de 100 bilhões de dólares, isto é, eles gastam quase sete vezes mais do que o Brasil exporta, só com esse tipo de ação. Cerca de 100 dos 300 milhões de americanos tomam remédios para doenças consideradas inevitáveis da velhice. E 50% deles desenvolvem a demência de Alzheimer quando ultrapassam os 80 anos. Essa situação se torna alarmante quando se sabe que três entre quatro americanos nascidos hoje ultrapassarão os cem anos de idade. São números assombrosos. Segundo a Comissão Para o Estudo do Envelhecimento Mundial, o sistema de saúde americano, se não mudar esse ritmo, estará totalmente quebrado em menos de duas décadas.

Segundo o IBGE, a população que tem mais de 65 anos no Brasil cresce 25 vezes mais rápido do que a população jovem, que tem até 19 anos. Considerando-se um número total, a população de jovens cresceu 3% e a de velhos, 68%.

---

**Vemos a expectativa de vida aumentar exponencialmente, sem a menor garantia de uma velhice saudável**



No Brasil, a expectativa de vida hoje é de 71,6 anos, com uma margem de sobrevivência maior ainda se considerarmos apenas as mulheres. Isso acarreta uma mudança significativa na distribuição da força de trabalho.

### Aposentadoria

Na década de 70, tínhamos 38 trabalhadores para um aposentado e, em 2007, estima-se que tenhamos 6 trabalhadores para cada aposentado. Cada vez teremos menos gente jovem para pagar um número maior de aposentadorias dos mais velhos. Essa já é uma realidade atual nos países do G8: as pessoas deixam de trabalhar em média cinco anos mais cedo, enquanto a taxa de natalidade vem caindo assustadoramente. O pior é que essa população de velhos não é saudável. Hoje sabe-se, por exemplo, que 83% da população de brasileiros é sedentária, 60% está acima do peso, 23% é obesa e 29%, hipertensa.

Ao redor dessa idade, o organismo parece acionar um botão de autodesligamento programado e progressivo. É como se deixasse de ir funcionando aos poucos. Hoje são conhecidos 23 “desligamentos”, ou pausas hormonais, que acontecem até o término da existência. A menopausa e a andropausa são os mais conhecidos, mas, na verdade, vários sistemas de produção de hormônios vão se desligando ao decorrer do tempo a partir dessa idade. É importante compreendermos que os hormônios não caem porque nós envelhecemos. Nós envelhecemos simplesmente porque a produção de hormônios cai.

### Envelhecimento

Envelhecer é um processo natural. O envelhecimento é a fase da vida em que nos preparamos para a morte. O ideal é que possamos atravessá-la com saúde, para poder realizar, com a mente serena, os questionamentos espirituais e filosóficos necessários antes de morrer. Em termos de fisiologia, sabemos hoje, com absoluta clareza, que a inflamação crônica subclínica é o principal fenômeno que está por trás de

pelo menos 90% do que equivocadamente conhecemos como “doenças inevitáveis da velhice”.

### Modulação hormonal

Este processo ocorre de forma silenciosa e danifica gradualmente os nossos sistemas de reparo celular. Neste ponto, entra em cena o papel vital dos hormônios, pois estas substâncias são capazes de impedir a expressão dos genes que ativam a inflamação crônica subclínica. É absolutamente irracional questionar a eficácia dos hormônios. Eles nos protegem de doenças tão sérias como o câncer, por exemplo. A sua falta é que pode determinar a doença e não o contrário. São as pessoas mais velhas, que produzem menos hormônios, as mais sujeitas ao câncer. Ao acabar a produção de hormônios no corpo humano, consequências nocivas se iniciam. É exatamente por isso que os hormônios (sintéticos) passaram a ser administrados, para compensar a falta dos nossos próprios hormônios.

Acontece que as primeiras experiências na produção de hormônios sintéticos faziam parte de um processo que hoje evoluiu muito. Há alguns anos era impossível reproduzir as mesmas estruturas moleculares dos hormônios sintetizados pelos seres humanos. O hormônio extraído da soja e mesmo o hormônio sintético retirado da urina de uma égua prenhe não têm as mesmas características dos hormônios humanos, são apenas aproximações, que podem causar efeitos colaterais indesejáveis e ocasionar riscos.

Estamos introduzindo estes novos conceitos no país há mais de dez anos e um expressivo número de brasileiros já estão sendo beneficiados com a modulação hormonal. Gosto muito de citar Arthur Schopenhauer, que dizia que a verdade científica passa por três fases: primeiramente é ridicularizada; depois, é violentamente contestada para, finalmente, ser aceita como óbvia. Acredito que no Brasil estejamos saindo da segunda para ingressarmos na terceira fase desse processo. É só uma questão de tempo.

**É importante  
comprendermos  
que os hormônios  
não caem porque  
nós envelhecemos.  
Nós envelhecemos  
simplesmente  
porque a produção de  
hormônios cai**

# Não dá para comparar

A realidade das escolas que tiraram as piores notas no Exame Nacional do Ensino Médio

Ana Paula Domingues  
e Rilton Pimentel

**E**squeça as escolas bem conceituadas e que costumam frequentar o topo da tabela da classificação do Exame Nacional do Ensino Médio e dos principais vestibulares do país. A outra ponta da tabela, que aponta as piores instituições, e que ficou conhecida em setembro de 2011 quando o Ministério da Educação liberou a classificação das instituições que participaram do Enem 2010, ajuda a montar um panorama de como vai o ensino público no país. Em comum, elas têm falta de estrutura, de professores e de uma metodologia que consiga tornar o ensino interessante.

É o caso da Escola Estadual Indígena Txeru Ba'e' kua-i, do

município de Bertioga, em São Paulo, que foi classificada como a pior do Brasil. Com apenas 432 pontos no grupo 1 do Enem, aquele que reúne as escolas que tiveram entre 100 e 75% de participação de seus alunos, a Txeru Ba'e' kua-i, que oferece aulas em português e tupi-gurani, não possui biblioteca, *internet*, laboratório ou mesmo área de recreação.

“Essa é a primeira participação da Txeru Ba' em um exame elaborado para estudantes de escolas com ensino regular e com tradição de participação Enem. É sempre complicado medir com a mesma régua realidades diferentes. Esta foi a primeira turma de Ensino Médio do Estado de São Paulo formada em

escola indígena. Antes da existência da escola dentro da aldeia, os alunos precisavam caminhar até uma sala vinculada na escola mais próxima, em Boracéia”, explica Marcelo Wera, de 20 anos, professor de cultura indígena, que apesar da má colocação, vê como uma vitória a participação dos 14 alunos que se arriscaram no exame pela primeira vez.

Já na escola José Roberto Christo, em Afonso Cláudio, no Espírito Santo, e que ficou em segundo lugar como a pior do país, o maior problema é a localização da unidade, que fica na zona rural. De acordo com a superintendente de educação de Afonso Cláudio, Maria Júlia Sanna, a maior parte dos alunos

é formada por trabalhadores rurais que estuda à noite e tem dificuldade para cumprir o horário das aulas. A distância afasta os docentes do local, levando a falta de professores no quadro da escola. O Espírito Santo, aliás, é o estado que mais aparece na lista das cem piores escolas do grupo 1 do Enem, com 31 colégios.

Em 2010, o Ministério da Educação fez a classificação das escolas por grupos que representam o percentual de alunos que fez o exame em cada instituição. No primeiro grupo estão aquelas que reúne as escolas que tiveram entre 100 e 75% dos discentes prestando o exame. Neste grupo, das mil piores escolas, 704 são públicas e 296 privadas. No grupo 2, cujo percentual de participação varia entre 74,9 e 50 %, esse número é ainda maior: 987 públicas e apenas 13 particulares. No grupo 3 estão as instituições que tiveram entre 49,9 e 25%, e o grupo 4, com 24,9 e 2%.

## O cenário não ajuda

A grande disparidade entre as notas das escolas no ENEM levanta diversos questionamentos, sobre os fatores que levam alguns estabelecimentos a ficarem no final da lista do exame. Na entrevista a seguir, o presidente da CNTE, Roberto Franklin de Leão, analisa os pontos mais questionados, como a capacidade dos educadores de desenvolver aulas mais atrativas, as diferentes realidades dos estudantes e a estrutura disponível nas unidades de ensino.

**MÁTRIA:** O que provoca essa discrepância tão acentuada entre uma escola e outra?

**LEÃO:** Muitas vezes são as possibilidades que os alunos de uma ou de outra escola tiveram durante todo o percurso. O acesso a um conhecimento mais amplo, a um ambiente escolar melhor. Alunos que tiveram acesso à boa leitura, que tem um ambiente cultural mais propício para se desenvolver, podem ter resultados melhores. Outros têm dificuldades enormes para estarem na escola, porque trabalham. Isso tudo cria situações muito distintas. Se analisarmos os resultados friamente, podemos dizer 'duas escolas públicas teoricamente tem a mesma condição', mas não é verdade. Porque as dificuldades, as diferenças regionais são grandes. Escolas dentro da mesma cidade têm diferenças enormes em função de onde estão localizados e das condições de trabalho existentes. Isso tudo leva a essa distorção.

**MÁTRIA:** Entre os jovens do sexo masculino sabemos que às vezes a entrada precoce no mercado de trabalho impacta sobre os estudos. E no caso das mulheres, há algum complicador adicional?

**LEÃO:** Esse fator não afeta somente os homens. Muitas





adolescentes têm a necessidade de ajudar no orçamento familiar, às vezes até de maneira informal. Ou então têm que conciliar os estudos com rotinas domésticas. A gravidez precoce também pode prejudicar a qualidade dos estudos. A menina precisa parar um, dois anos, depois volta com atraso, sem tanta disponibilidade de tempo como tinha antes. E sabemos que ainda recai sobre as mulheres a obrigação de cuidar dos idosos, crianças, irmãos mais novos. Tudo isso afeta o desempenho.

**MÁTRIA: O número de alunos em sala de aula tem alguma influência sobre os resultados?**

Tem sim. Ao contrário que dizem alguns “iluminados” que se arvoram a fazer análise da educação brasileira e fazem comparações com outros países que não tem relação cultural ou histórica com o Brasil, as salas de aula precisam ter menos alunos. Não se pode mais trabalhar com salas superlotadas. Isso é um problema sério que influi na qualidade do ensino.

**MÁTRIA: Sabemos que existem as chamadas escolas modelo, aquelas que têm projetos pedagógicos inovadores e são as primeiras a incorporar as novas tecnologias no ensino. Isso conta?**

**LEÃO:** Você tem escolas públicas que conseguem bons resultados no ENEM, porque todas as boas situações conseguem convergir para um ponto só. Os professores têm melhor formação, diretores que contribuem muito, há uma gestão democratizada onde todos participam na construção de alternativas. Algumas constroem experiências que estimulam os alunos a criar,

a aprender. Mas o que eu sempre costumo colocar é o seguinte: o que tem dado certo é muito mais pela iniciativa da própria escola que em algumas situações consegue superar todas as dificuldades do que por uma política educacional consistente.

**MÁTRIA: Muitos afirmam que o problema é a falta de capacidade dos educadores, que se restringem ao básico e não criam aulas atrativas para os alunos, acostumados com a interatividade do século XXI. O que você acha disso?**

**LEÃO:** Esse é um raciocínio simplista que coloca nos ombros dos trabalhadores a total responsabilidade dos problemas da educação brasileira sem levar em conta condição de trabalho, formação, salário, valorização etc.

**MÁTRIA: Quais são as principais dificuldades das escolas públicas que se refletem no desempenho do ENEM?**

**LEÃO:** Os professores e os funcionários vivem situações difíceis. Docentes que lecionam em várias escolas. Nós todos sabemos que existe uma grande dificuldade para conseguir professores de várias disciplinas nas escolas públicas. Há uma falta muito grande de professores de química, de física, matemática, biologia, artes e etc. Isso se constitui numa enorme dificuldade para que os estudantes tenham um bom desempenho no ENEM.

**MÁTRIA: Dizem que o problema maior é a capacidade do professor...**

**LEÃO:** Tem aquela tese de que a escola com baixa nota no ENEM

está sem a boa vontade do professor. Não é verdade. Esse é um dos grandes engodos que se criaram: de que basta unicamente o empenho dos trabalhadores para que educação tenha a qualidade que se quer. Não é verdade. Porque, francamente, a escola pública brasileira, na sua grande maioria hoje, existe porque há um empenho muito grande dos trabalhadores dentro da escola, que se superam para poderem oferecer aulas nas condições existentes na grande maioria do sistema educacional.

**MÁTRIA: Você falou em prover melhores condições para os professores trabalharem. Do ponto de vista em infraestrutura do sistema educacional, como você avalia os investimentos realizados hoje?**

**LEÃO:** É preciso que haja investimento na construção de laboratórios, de bibliotecas, quadras esportivas etc. Isso faz diferença. É evidente que às vezes vão pinçar uma escola que não tem nada disso e deu certo no ENEM. E aí você pergunta: “imagina se ela tivesse?”. Nós temos escolas que não têm nem luz ainda! É necessário que os estados, os municípios e o Governo Federal invistam mais do que estão investindo. Houve um aumento do PIB nesses últimos tempos. O orçamento do Ministério da Educação triplicou, está em cerca de 80 bilhões. É um grande orçamento, mas ainda é pequeno, é pouco para as necessidades do país. A sociedade brasileira reivindica 10% do PIB para financiamento da educação pública, que deve constar do Plano Nacional de Educação, o qual deve ser um instrumento para a superação de desigualdades.

# Mais com menos



Rilton Pimentel

**C**om o dinheiro curto e despesas como alimentação, transporte, aluguel e gastos com saúde, como os professores e professoras podem manter o equilíbrio e viver com dignidade? Entrevistada pela revista *Mátria*, a jornalista Mara Luquet, especialista em finanças domésticas, comentarista da CBN e autora do blog “Mulheres Endividadas”, traz alguns ensinamentos para evitar dívidas, gerenciar os gastos com eficiência e ainda adquirir bens e viagens sem ficar com a corda no pescoço.

## 1. Controlando os gastos

Não importa quão baixo ou alto seja o salário. Para qualquer pessoa, em qualquer profissão, o mais

## Aprenda com a especialista Mara Luquet como gerenciar suas despesas e evitar dívidas

importante é quanto se gasta. Por que mesmo pessoas que ganham muito não conseguem guardar dinheiro se não mantiverem o controle dos gastos. É uma questão de atitude. Saber o quanto se ganha, estabelecer um limite para gastos e projetar metas de investimentos.

## 2. Como adquirir bens e serviços sem apertar o orçamento

Não há truque nem mágica. É preciso somar o quanto ganha e depois subtrair, ver o que pode ser gasto. A dificuldade não está em fazer as contas, mas manter a disciplina. Tem que apertar o orçamento mesmo, fazer escolhas. A boa notícia é que é mais simples e fácil do que parece a princípio. Porque quando

temos planejamento e metas, descobrimos que não precisamos gastar tanto no dia a dia quanto gastamos quando não temos nenhum objetivo específico.

## 3. OK, defini meu objetivo. Agora, onde devo começar a cortar despesas?

Saiba que existem despesas fixas, variáveis e arbitrárias. E as arbitrárias podem ser cortadas da noite para o dia que não faz a menor diferença. Depois é só ajustar os outros itens aos poucos e, preferencialmente, ter as despesas fixas bem pequenas. No site: [www.letraselucros.com.br](http://www.letraselucros.com.br) é possível baixar uma planilha que divide as despesas nessas três categorias e facilita o processo.

#### 4. É melhor pagar a prazo ou à vista?

Depende. Qual dessas duas opções oferece as melhores condições? Qual é a urgência do gasto? O crédito, o financiamento em si, não é um problema. O problema é quando ele é feito sem critério, sem pensar. Antes de se decidir se vai ser a prazo ou à vista, é preciso fazer um planejamento, principalmente porque, no Brasil, os juros sempre são um agravante.

#### 5. Empréstimo consignado. Isso vale a pena?

Se souber usar, vale sim. É um dinheiro muito barato no Brasil e pode ser muito bom para reestruturar dívidas ou para pagar uma emergência de saúde, por exemplo. Mas se for usado de qualquer jeito, sem planejamento, pode virar uma armadilha, assim como qualquer financiamento usado sem critérios.

#### 6. Para evitar dívidas

O fundamental é evitar o consumo por impulso ou compulsivo, porque hoje o crédito farto e as tentações são muitas. Nesse quesito, cada indivíduo deve achar seus próprios truques e métodos. Uma dica é deixar os instrumentos de alavancagem (endividamento) fora do alcance da mão. Mantenha o cartão de crédito e o talão de cheque em uma gaveta, e só tire após fazer as contas e verificar se aquele gasto é mesmo necessário.

#### 7. Como o endividado deve proceder

Quem está endividado não pode ter mais gastos. Então o caminho é buscar auxílio no Procon, na defensoria pública ou nos escritórios modelos de universidades. Porque o auxílio oficial é de graça e você sabe que pode confiar.

Renegociar a dívida é o único caminho. Porque as multas e juros são tão altos que você só consegue pagar desta forma. Tenha calma, paciência e estratégia. Renegocie e tenha a consciência de que está fazendo a coisa certa. A pessoa jamais pode cair na armadilha de achar que é possível se livrar da dívida sem pagá-la. Sim, o nome do devedor pode sair dos cadastros de inadimplência após cinco anos. Mas a dívida permanece e pode ser reestruturada, aumentando cada vez mais. Antes de mais nada, é importante saber que quem está endividado tem o direito de quitar suas dívidas sem ser ameaçado, ultrajado ou insultado.

#### 8. Pense na sua aposentadoria

Com o aumento da expectativa de vida as pessoas podem viver mais de 100 anos. Com uma perspectiva dessas, é muito temerário não pensar na previdência. É correr o risco de passar longos anos na dependência de outros. Só que investir em previdência não significa comprar um plano de previdência. Só vale a pena adquiri-los quando são baratos e quando usamos o benefício fiscal que eles oferecem. Quem quer aprender um pouco mais sobre previdência privada pode ler artigo especial sobre o tema no site Letras e Lucros, no link: [www.letraselucros.com.br/project/especial-pgbl-e-vgbl/](http://www.letraselucros.com.br/project/especial-pgbl-e-vgbl/).



*Mara: "quem está endividado tem o direito de quitar suas dívidas sem ser ameaçado."*





A Revista *Mátria*, ao longo dos seus dez anos de existência, foi tomando corpo e assumindo sua personalidade graças, em grande parte, às histórias e vidas de dezenas de pessoas que nos emprestaram suas experiências, seus mundos, suas lutas.

# Geucilene



Foto: Katia Maia



## Geucilene Vieira Lopes

foi personagem de *Mátria* na edição de 2007. Ela era uma das estudantes da Universidade de Brasília (UnB) que havia ingressado no ensino superior por meio da política de cotas adotada pela instituição. Geucilene cursava Serviço social. Estava no 4º semestre.

Hoje, com 25 anos e já formada, ela está fazendo uma pós-graduação e exerce sua profissão como Assistente Social num Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) em Luziânia, cidade a 35 km de Brasília.

Para Geucilene, participar do programa de cotas da UnB “foi importante porque era uma época em que a gente discutia muito a inclusão de negros na universidade e foi bom ter participado desse processo”, afirma.

De acordo com ela, “foi uma transição e hoje já é possível se ver uma miscigenação maior”. Mas, Geucilene pondera: “as coisas evoluíram, mas não ainda como gostaríamos. A gente precisa discutir o assunto desde a educação fundamental para que os negros possam acessar a faculdade e também uma educação de qualidade”, avalia.



A história de Mátria se confunde com a de nossas personagens que nessa edição especial são homenageadas. Duas mulheres que nos contaram suas vivências para tornar a Revista cada vez mais uma voz feminina e um retrato das mulheres no Brasil e no mundo.



Foto: Divulgação

# Maria Ivete



**Maria Ivete** foi personagem de Mátria em 2009. Na época era Presidente do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém/PA. Hoje, com 44 anos é vereadora. Em outubro de 2011, assumiu a vaga deixada por Evaldo Costa (PT) que renunciou.

Como parlamentar, ela manteve sua luta pelos povos do campo e agora no legislativo, ela avalia que seu papel é ajudar mais ainda. “Quando posso, denuncio e uso a tribuna”, diz. A vereadora ainda não sabe se tentará a reeleição. Ela se diz mais confortável na luta sindical: “as pessoas me pedem para continuar, mas a minha vida toda foi na luta”, esclarece.

No plano pessoal, Maria Ivete pretende ainda cursar uma faculdade. “Em 2011, fiz o acelerado para terminar o Ensino Médio já que havia feito apenas o fundamental e de forma muito fragmentada”.

Maria Ivete é uma das pessoas que vivem sob ameaça de morte devido aos conflitos de terra na região. “As ameaças são permanentes”, constata. Mas não teme a morte e diz que para o futuro se imagina “bem velhinha, com mais de 70 anos”, conclui.



# O show de todo artista tem que continuar...



Foto: Divulgação

**O** título dessa matéria nada mais é do que uma fração da canção ‘O bêbado e a equilibrista’, imortalizada pela voz de Elis Regina. Quem tem mais de 40 anos conhece Elis, quem tem menos, também. Elis é um desses ícones da música brasileira que atravessa gerações. Agora em 2012, o Brasil completa 30 anos sem Elis Regina. Três décadas sem ver a ‘pimentinha’ (apelido carinhoso criado pelo poeta Vinícius de Moraes) atuando, o país nunca ficou e nem ficará. Elis é eterna.

Gaúcha, Elis começou a cantar bem pequena. Nasceu na capital Porto Alegre onde começou a carreira como cantora aos onze anos de idade em um programa de rádio para crianças chamado O Clube do Guri, na Rádio Farroupilha, apresentado por Ari Rego. Logo de início, revelou enorme precocidade,

e aos 16 anos, lançou o primeiro LP da carreira e o sucesso não demorou a chegar.

Sua voz, única, se encaixava harmoniosamente com seu estilo, também único, de forma que a interpretação e o domínio de palco tornavam essa pequena grande cantora exuberante. Imortalizou canções como ‘Águas de março’, ‘Como os nossos pais’, ‘Cartomante’, entre tantas outras. Pura emoção, Elis era uma incansável quando se tratava da busca pela perfeição musical. Considerada por muitos brasileiros uma das maiores cantoras da MPB.

Atuante, Elis participou de uma série de movimentos de renovação política e cultural brasileira, com voz ativa da campanha pela Anistia de exilados brasileiros. O despertar de uma postura artística engajada e com excelente

repercussão acompanharia toda a carreira, enfatizada por interpretações consagradas de O bêbado e a equilibrista (João Bosco e Aldir Blanc), a qual vibrava como o hino da anistia.

Elis faleceu aos 36 anos de idade em 19 de janeiro de 1982, devido a complicações decorrentes de uma overdose de cocaína, tranquilizantes e bebida alcoólica. Elis Regina surpreendia a todos e mergulhava na emoção em suas interpretações e conquista fãs até hoje com sua versatilidade.

Para marcar os 30 anos da morte da cantora, uma exposição com fotos, ensaios e trechos inéditos de uma apresentação de Elis Regina para a TV alemã vai percorrer o Brasil. A cantora Maria Rita, filha de Elis Regina, fará uma série de cinco shows cantando músicas gravadas por sua mãe.





### ◀ CPMI da violência contra a mulher

A Lei Maria da Penha impôs mais rigor na punição de agressores e estabeleceu mecanismos de proteção às mulheres, mas as autoridades deixam de aplicá-la. Para investigar essa situação o Congresso instalou uma comissão parlamentar mista de inquérito (CPMI). A deputada Jô Moraes (PCdoB/MG) é a presidente e a senadora Ana Rita (PT/ES), relatora. A 1ª vice-presidente da Câmara, deputada Rose de Freitas (PMDB/ES), defende a fiscalização do cumprimento da lei. Juiz e delegado que não cumprem a norma, segundo ela, não servem para ocupar esses cargos.



### ▲ No comando da Petrobras

O Brasil tem a primeira mulher no mundo a comandar uma multinacional do ramo petrolífero. Desde o dia 13 de fevereiro a Petrobras é presidida pela engenheira química Maria das Graças Silva Foster, que trabalha na empresa há 31 anos. Ao assumir, Graça destacou algumas metas para a estatal: o avanço das fronteiras do pré-sal, a construção de novas refinarias e o aumento da participação no mercado de etanol.

### ▶ Avaliando o PPA

Em comparação com os anteriores, o PPA 2012-2015 apresenta alguns retrocessos. O projeto de lei enviado ao Congresso não contempla diretrizes para a igualdade de gênero e de raça, nem para a justiça social. Tampouco faz qualquer menção às mulheres, ao contrário dos dois PPA's anteriores (2004-2007 e 2008-2011). Contudo, também há avanços, como a incorporação das formulações do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, traduzidas em indicadores e metas.



### ▶ Direitos às domésticas

Tramita no Legislativo a Proposta de Emenda à Constituição 478/10, que iguala os direitos dos empregados domésticos aos dos demais trabalhadores urbanos e rurais. A PEC revoga o parágrafo único do artigo 7º da Constituição, que concede aos domésticos apenas alguns dos 34 direitos trabalhistas. Segundo dados do IBGE, cerca de 90% dos trabalhadores domésticos são mulheres, e destas, cerca de 70% são negras. Entre os direitos que os empregadas domésticas ainda não têm estão o FGTS, seguro-desemprego, pagamento de horas extras e seguro contra acidente de trabalho.



### ◀ Mulheres no FST

As organizadoras da Marcha Mundial das Mulheres aproveitaram o Fórum Social Temático, realizado em Porto Alegre, em janeiro, para dissecar a relação entre o capitalismo e o meio ambiente. Antecipando a Cúpula dos Povos na Rio+20, as lutas contra as transnacionais, por justiça climática, pela soberania alimentar, além do enfrentamento à violência contra a mulher, foram os temas discutidos nas conferências feministas.



### Sugestão de Leitura

- » **Mulheres Que Brilham - Histórias Inspiradoras De 50 Mulheres Que Fazem A Diferença.** Cândida, Maria. Ed. Original, 2011. A jornalista Maria Cândida viajou pelos quatro cantos do mundo a fim de investigar a mulher contemporânea. Entrevistou mulheres de países tão distintos quanto África do Sul, Filipinas, Vietnã, Tailândia, França, Holanda, Finlândia, Lituânia, Peru, Estados Unidos, México e Brasil.
- » **Beleza Impossível, a mulher, mídia e consumo.** Moreno, Raquel. Ed. Ágora, 2009. De que maneira a mídia manipula nossa consciência em nome dos interesses do mercado? Onde entram as "diferentes" – gordinhas, velhas, negras – nesse sistema? A obra da psicóloga Rachel Moreno responde a essas e outras perguntas de maneira vigorosa e crítica, apontando caminhos para que possamos nos defender dessas armadilhas.
- » **Corpo, Envelhecimento e Felicidade.** Goldenberg, Miriam. Ed. Civilização, 2011.
- » **Como a gastar sem culpa e investir sem erros.** Luquet, Mara. Ed. Campus, 2011.
- » **Ação Psicopedagógica na Sala de Aula.** Márcia Ferreira. Editora PAULUS.
- » **Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil e Suas Ações Afirmativas.** Pesquisa 2010. Instituto Ethos e Ibope Inteligência.
- » **Gênero, Sexualidade e Educação.** Uma perspectiva pós-estruturalista. Guacira Lopes Louro. Editora Vozes, 11ª edição, 2010.
- » **Juventudes e Sexualidade.** Miriam Abramovay, Mary Garcia Castro e Lorena Bernadete da Silva. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.
- » **Cadernos de Educação.** (Ano XV - Número 23 - julho a dezembro de 2010) V Encontro Nacional do Coletivo Antirracismo "Dalvani Lellis". Escola de Formação da CNTE.
- » **Aborto e saúde pública no Brasil 20 anos.** Ministério da Saúde. Sec. de Ciências, Tecnologia e Insumos Estratégicos Série B Textos básicos de Saúde, Brasília-DF, 2009. Disque saúde 0800-611997. Biblioteca virtual em saúde do ministério de saúde - [www.saude.gov.br/bvs](http://www.saude.gov.br/bvs)
- » **Convenção 156 recomendação 165 OIT.** Organização Internacional do Trabalho. Secretaria especial de políticas para as mulheres. Sobre a igualdade de oportunidades e de tratamento para trabalhadores e trabalhadoras com responsabilidades familiares.
- » **Assédio sexual.** Ministério da Saúde Assédio violência e sofrimento no ambiente de trabalho, Brasília-DF, 2008.
- » **Olhares feministas.** Organização: Adriana Piscitelli, Hildete Pereira de Melo, Sônia Weidner Maluf, Vera Lucia Puga. 1ª edição Brasília-DF, 2009. Coleção educação para todos. Ministério da Educação.
- » **VI Relatório Nacional Brasileiro.** Convenção para a Eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres. CEDAW. Organização das Nações Unidas (ONU). Brasília-DF, 2008. Secretaria Especial de políticas para as Mulheres.
- » **Comitê CEDAW - Experiencias e desafios.** Sílvia Pimentel. Secretaria especial de políticas para mulheres. Brasília-DF, 2008.
- » **As mulheres ou os silêncios da história.** Michelle Perrot. Tradução Viviane Ribeiro. EDUSC.
- » **Mercado de trabalho e gênero.** Comparações internacionais. Organizadoras: Albertina de Oliveira Costa, Bila Sorj, Cristina Brusschini, Helena Hirata. FGV editora, 1ª edição, 2008.
- » **História das Mulheres no Brasil.** Mary Del Priore. Organização: Carla Bassanezi. Coordenação de textos: Editora UNESP - editora contexto, 2008.
- » **As moças de Minas.** Uma história dos anos 60. Luiz Manfredini. Editora Alfa-Omega.
- » **A libertação da Mulher.** Samora Machel, Alexandra Kollontai, J. Posadas, P. Lafargue, Vito Kapo e outros. Global editora, 3ª edição.
- » **Educar para a Igualdade.** Gênero e educação escolar. Prefeitura Municipal de São Paulo. Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.
- » **Imagens de mulher e trabalho na telenovela brasileira (1999-2001).** Lucia Helena Rincón Afonso. Editora da UCG e Anita Garibaldi.
- » **Pelas lentes do cinema.** Bioética e ética em pesquisa. Dirce Guilhem, Débora Diniz, Fábio Zicker (Eds.). Editora UnB e Letras Livres. Brasília-DF, 2007.
- » **Trabalho e Família: rumo a novas formas de conciliação com co-responsabilidade social PNUD e OIT.** Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.
- » **Mulher Adolescente/jovem em situação de violência.** Propostas de intervenção para o setor saúde. Módulo de autoaprendizagem. Stella R. Taquette. Organizadora: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, 2007.
- » **Gênero e diversidade na Escola.** Formação de professoras/es em Gênero, Sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais. Organização: Maria Elisabete Pereira, Fabiola Rohden, Maria Elisa Brandt, Leila Araujo, Graça Ohana, Andreia Barreto, Roerta Kacowicz. CEPESC. Rio de Janeiro, 2007.



## Vídeos

- » **Acorda Raimundo... Acorda!!!** Disponível em: [www.youtube.com](http://www.youtube.com)
- » **Violência, feticídio y patriarcado.** Disponível em: [www.youtube.com](http://www.youtube.com)
- » **Vista a minha pele.** Disponível em: [www.youtube.com](http://www.youtube.com)

## Filmes

- » **Histórias Cruzadas.** (Índia, Emirados Árabes, EUA, 2012, 137 min.) Direção: Tate Taylor. O Filme trata da luta pelos direitos civis dos negros, no início da década de 1960. Não se trata apenas de racismo, ou opressão, e sim a valentia de pessoas corajosas e dispostas a mudar os valores pré-estabelecidos pela sociedade.
- » **Amor?** (Brasil, 2011, 100 min.) Direção: João Jardim. Oito histórias envolvendo casos amorosos onde os envolvidos passaram por algum tipo de violência, física ou psicológica.
- » **Carregadoras de Sonhos.** (Documentário, Brasil, 2009/2010, 65 min.) Direção: Deivison Fiuza. O filme mostra quatro professoras em ação e os obstáculos que elas enfrentam para conseguir chegar à sala de aula no interior de Sergipe. Coragem, determinação e sonhos, as forças que movem essas quatro educadoras.
- » **Olga.** (Brasil, 2004, 141 min.) Direção: Jayme Monjardim. Olga Benário é uma militante comunista encarregada de acompanhar Luís Carlos Prestes ao Brasil para liderar a Intentona Comunista de 1935.
- » **15 filhos.** (Brasil, 1996, 20 min) Direção: Maria Oliveira e Marta Nehring.
- » **Aborto Legal.** (Brasil, 1994, 32 min) Realização: ECOS.
- » **Preciosa - Uma História de Esperança.** (EUA, 2009, 110 min). Direção: Lee Daniel.
- » **Verônica.** (Brasil, 2009, 90 min). Direção: Maurício Farias.
- » **Carregadoras de sonhos.** (Brasil, 2010, 65 min). Direção: Deivison Fiuza.
- » **Stella.** (França, 2008, 103 min). Direção: Sylvie Verheyde.
- » **Alguém que me Ame de Verdade.** (EUA, 2007, 90 min.) Direção: Diane Crespo e Stefan C. Schaefer
- » **Verônica.** (Brasil, 2009, 87 min.) Direção: Maurício Farias.
- » **Chega de Saudade.** (Brasil, 2008, 92 min.) Direção: Laís Bodanzky.
- » **Eternamente Pagú.** (Brasil, 1987, 101 min.) Direção: Norma Bengell.
- » **Chica da Silva.** (Brasil, 1976, 117 min.) Direção: Carlos Diegues.

## Publicações

- » **Imprensa e Agenda de Direitos das Mulheres: uma análise das tendências da cobertura jornalística.** A publicação é resultado de projeto de monitoramento de mídia impressa conduzido pela ANDI – Comunicação e Direitos, em parceria com o Instituto Patrícia Galvão. A publicação analisa como os meios de comunicação abordam os temas relacionados à situação das mulheres na sociedade. Os dados apresentados traçam um panorama atual e apontam as tendências da cobertura jornalística acerca dos temas: Mulheres e Poder, Violência contra as Mulheres e Mulheres e Trabalho. A íntegra da publicação pode ser acessada no link: [www.observatoriodegenero.gov.br/menu/noticias/imprensa-e-agenda-de-direitos-das-mulheres-versao-web.pdf](http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/noticias/imprensa-e-agenda-de-direitos-das-mulheres-versao-web.pdf)

## Blogs

- » [blogueirasfeministas.com](http://blogueirasfeministas.com)
- » [www.abortoemdebate.com.br/wordpress](http://www.abortoemdebate.com.br/wordpress)

## Internet

- » [www.cnte.org.br](http://www.cnte.org.br)
- » [www.ecos.org.br](http://www.ecos.org.br)
- » [www.papai.org.br](http://www.papai.org.br)
- » [www.ceert.org.br](http://www.ceert.org.br)
- » [www.maismulheresnopoderbrasil.com.br](http://www.maismulheresnopoderbrasil.com.br)
- » [www.homenspelofimdaviolencia.com.br](http://www.homenspelofimdaviolencia.com.br)
- » [www.geledes.org.br](http://www.geledes.org.br)
- » [www.cfemea.org.br](http://www.cfemea.org.br)
- » [www.anitagaribaldi.com.br](http://www.anitagaribaldi.com.br)
- » [www.soscorpo.org.br](http://www.soscorpo.org.br)
- » [www.cndm.gov.br](http://www.cndm.gov.br)
- » [www.agende.org.br](http://www.agende.org.br)
- » [www.vermelho.org.br](http://www.vermelho.org.br)
- » [www.cut.org.br](http://www.cut.org.br)
- » [www.dialogoscontraoracismo.org.br](http://www.dialogoscontraoracismo.org.br)
- » [www.agenciapatriciagalvao.org.br](http://www.agenciapatriciagalvao.org.br)
- » [www.onu.org.br/onu-no-brasil/onu-mulheres](http://www.onu.org.br/onu-no-brasil/onu-mulheres)
- » [www.sof.org.br](http://www.sof.org.br)





## SUGESTÕES DE ATIVIDADES

- ▶ **Faça um levantamento em jornais, revistas e sites, de casos de violência de gênero.** Utilize apenas as manchetes e prepare um cartaz para visualização. Faça, também, cópia da lei Maria da Penha e inicie a atividade propondo uma reflexão sobre a pergunta: Quem ama maltrata e mata? Você já presenciou uma cena de violência de gênero? Ciúme é forma de demonstrar amor? Feche a atividade propondo a criação de novas manchetes para as matérias expostas.
- ▶ **Peça aos alunos que observem na programação da TV a presença de personagens negros(as) e homossexuais.** Analise com a turma os estereótipos presentes nesses personagens. Proponha aos estudantes, individualmente ou em grupo, que elaborem uma carta com princípios e critérios para uma TV que seja "a cara do Brasil".
- ▶ **Solicite à turma que durante alguns dias, observe os comerciais de TV** e pesquise em revistas os anúncios que vendem produtos usando apelo ao corpo e à sexualidade. Peça que tragam os recortes e façam uma descrição sucinta dos comerciais. Promova um debate com o material apresentado.
- ▶ **Converse com a turma sobre os movimentos sociais** ligados à questão de gênero e sexualidade e sua importância histórica. Agende uma mesa redonda com pelo menos duas ativistas de sua cidade. Busque ajuda nos sindicatos.
- ▶ **Acesse o site [www.gentequefazapaz.org.br](http://www.gentequefazapaz.org.br) e baixe o KIT DA PAZ.** Ele contém vídeos e cd com músicas que podem ser utilizadas em sala de aula para abordar a temática da violência na escola, discriminação, *bullying* etc.
- ▶ **Peça que os aluno(as) que se reúnam em grupos façam entrevistas,** em vídeo ou em papel, com mulheres da comunidade que estão ocupando os redutos masculinos (motorista de ônibus, frentistas etc). Oriente para que eles formulem perguntas acerca de discriminação, salário, jornada e motivação para o trabalho.

**Fonte:** Gênero e Diversidade na Escola: Formação de professores(as) em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e relações étnico-raciais. Caderno de atividades.

Estas são as datas e dias de luta das mulheres pró-igualdade de direitos

### FEVEREIRO

- 1** Ratificação pelo Brasil da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, ONU, 1984).
- 24** Dia da conquista do voto feminino no Brasil (1932).

### MARÇO

- 8** Dia Internacional da Mulher.
- 21** Dia Internacional pelo Fim da Discriminação Racial.

### ABRIL

- 7** Dia Mundial da Saúde.
- 27** Dia das Trabalhadoras Domésticas.
- 31** Dia Nacional da Mulher.

### MAIO

- 1** Dia do Trabalhador e da Trabalhadora.
- 7** Dia Mundial das Crianças Afetadas e Infectadas pelo HIV/AIDS.
- 13** Dia de Denúncia contra o Racismo.
- 18** Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.
- 28** Dia Internacional de Ação pela Saúde da Mulher / Dia de Combate à Mortalidade Materna.
- 30** Dia de Luta pela Maior Participação Política das Trabalhadoras Rurais.

### JUNHO

- 4** Dia Internacional das meninas e meninos vítimas de agressão.
- 5** Dia Mundial do Meio Ambiente.
- 15** Dia Mundial Contra a Violência em Relação à Pessoa Idosa.
- 21** Dia de Luta por uma Educação não-sexista e sem discriminação.
- 24** Fundado o Jornal Movimento Feminino, 1947.
- 28** Dia Internacional do Orgulho Gay e Lésbico.

### JULHO

- 25** Dia da Mulher Afro-latino-americana e Afro-caribenha.

### AGOSTO

- 7** Sanção da Lei nº 11.340/2006 que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei Maria da Penha).
- 9** Dia Internacional dos Povos Indígenas / Sob a liderança de Berta Lutz é fundada a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, 1922.
- 12** Dia de Luta contra a Violência no Campo - Marcha das Margaridas / Publicado o manifesto dos conjurados baianos da Revolta dos Alfaiates, exigindo abolição, independência e liberdade (1978).
- 19** Dia Nacional do Orgulho Lésbico.
- 29** Dia da Visibilidade Lésbica no Brasil.

### SETEMBRO

- 6** Dia Internacional de Ação pela Igualdade da Mulher.
- 7** Dia dos Direitos Cívicos das Mulheres.
- 23** Dia Internacional Contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças.
- 28** Dia Latino-americano de Discriminização do Aborto / Dia da Mãe Preta (Homenagem à Lei do Ventre Livre).
- 29** Aprovação da lei 9.100/1995 que garante cotas para mulheres na política.

### OUTUBRO

- 1** Dia Internacional por uma Terceira Idade Digna.
- 10** Dia Nacional de Luta contra a Violência à Mulher.
- 12** Dia Internacional da Mulher Indígena / Dia Nacional de Luta por Creches.
- 15** Dia do(a) Professor(a) / Dia Mundial da Mulher Rural.
- 25** Dia Internacional contra a Exploração da Mulher.
- 28** Dia do(a) servidor(a) público(a).

### NOVEMBRO

- 3** Instituição do Direito e Voto da Mulher (1930).
- 18** Dia Nacional de Combate ao Racismo.
- 20** Dia Nacional da Consciência Negra.
- 25** Dia Internacional da Não-violência contra a Mulher.

### DEZEMBRO

- 1** Dia Mundial de Luta contra a AIDS.
- 10** Dia Mundial dos Direitos Humanos.
- 18** Adoção da CEDAW - Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (ONU, 1979).



## DIREÇÃO EXECUTIVA DA CNTE - GESTÃO 2011/2014

Roberto Franklin de Leão (SP) - Presidente  
 Milton Canuto de Almeida (AL) - Vice-Presidente  
 Antonio Lisboa Amâncio Vale (DF) - Secretário de Finanças  
 Marta Vanelli (SC) - Secretária Geral  
 Fátima Aparecida da Silva (MS) - Secretária de Relações Internacionais  
 Heleno Araújo Filho (PE) - Secretário de Assuntos Educacionais  
 Alvíso Jacó Ely (SC) - Secretário de Imprensa e Divulgação  
 Rui Oliveira (BA) - Secretário de Política Sindical  
 Gilmar Soares Ferreira (MT) - Secretário de Formação  
 Marilda de Abreu Araújo (MG) - Secretária de Organização  
 Marco Antonio Soares (SP) - Secretário de Políticas Sociais  
 Isis Tavares Neves (AM) - Secretária de Relações de Gênero  
 Joaquim Juscelino Linhares Cunha (CE) - Secretário de Aposentados e Assuntos Previdenciários  
 Ana Denise Ribas de Oliveira (RS) - Secretária de Assuntos Jurídicos e Legislativos  
 Maria Antonieta da Trindade (PE) - Secretária de Saúde dos(as) Trabalhadores(as) em Educação  
 Selene Barboza Michielin Rodrigues (RS) - Secretária de Assuntos Municipais  
 José Carlos Bueno do Prado - Zezinho (SP) - Secretário de Direitos Humanos  
 Claudir Mata Magalhães de Sales (RO) - Secretária Executiva  
 Odair José Neves dos Santos (MA) - Secretária Executiva  
 José Valdivino de Moraes (PR) - Secretária Executiva  
 Joel de Almeida Santos (SE) - Secretária Executiva

ACOMPANHE  
 A CNTE NAS  
 MÍDIAS SOCIAIS



facebook



@cnte\_oficial



<http://wn.com/cntecutie>



<http://www.formspring.me/cnteoficial>

### SUPLENTES

Carlos Lima Furtado (TO)  
 Janeayre Almeida de Souto (RN)  
 Rosimar do Prado Carvalho (MG)  
 João Alexandrino de Oliveira (PE)  
 Paulina Pereira Silva de Almeida (PI)  
 Francisco de Assis Silva (PI)  
 Denise Rodrigues Goulart (RS)  
 Alex Santos Saratt (RS)

### CONSELHO FISCAL - TITULARES

Mario Sergio F. de Souza (PR)  
 Ivaneia de Souza Alves (AP)  
 Rosana Sousa do Nascimento (AC)  
 Berenice Jacinto D'arc (DF)  
 Jakes Paulo Félix dos Santos (MG)

### CONSELHO FISCAL - SUPLENTE

Ida Irma Dettmer (RS)  
 Francisco Martins Silva (PI)  
 Francisca Pereira da Rocha Seixas (SP)

### COORD. DO DEPTO. DE FUNCIONÁRIOS DE ESCOLA (DEFE)

Edmilson Ramos - Lamparina (DF)

### COORD. DO DEPTO. DE ESPECIALISTAS EM EDUCAÇÃO (DESPE)

Maria Madalena A. Alcântara (ES)

CNTE - SDS - Edifício Venâncio III - Salas 101/106 - Brasília-DF - CEP: 70393-900  
 Tel.: (61) 3225.1003 - Fax: (61) 3225.2685 - [cnte@cnte.org.br](mailto:cnte@cnte.org.br) - [www.cnte.org.br](http://www.cnte.org.br)

**Coordenação da Revista Matria:** Isis Tavares Neves - Secretária de Relações de Gênero da CNTE

**Projeto Gráfico, Redação e Edição:** Frisson Comunicação

**Direção Executiva:** Ana Paula Messeder

**Jornalista Responsável:** Katia Maia (Mtb: DF 1708 JP)

**Revisão:** Jorge Avelino

**Reportagem:** Ana Paula Domingues, Cristina Sena, Kátia Maia e Rilton Pimentel.

**Fotografia:** Arquivo Matria

**Editoração Eletrônica:** Noel Fernández Martínez

**Colaboração:** Bruno Soares e Carlos Eduardo Fialho

**Impressão:** Athalaia Gráfica e Editora

**Tiragem:** 22 mil exemplares



# O BÊBADO E A EQUILIBRISTA

*Caía a tarde feito um viaduto  
E um bêbado trajando luto  
Me lembrou Carlitos...*

*A lua  
Tal qual a dona do bordel  
Pedia a cada estrela fria  
Um brilho de aluguel*

*E nuvens!  
Lá no mata-borrão do céu  
Chupavam manchas torturadas  
Que sufoco!  
Louco!  
O bêbado com chapéu-coco  
Fazia irreverências mil  
Prá noite do Brasil.  
Meu Brasil!...*

*Que sonha com a volta  
Do irmão do Henfil.  
Com tanta gente que partiu  
Num rabo de foguete  
Chora!  
A nossa Pátria  
Mãe gentil  
Choram Marias  
E Clarisses  
No solo do Brasil...*

*Mas sei, que uma dor  
Assim pungente  
Não há de ser inutilmente  
A esperança...*

*Dança na corda bamba  
De sombrinha  
E em cada passo  
Dessa linha  
Pode se machucar...*

*Asas!  
A esperança equilibrista  
Sabe que o show  
De todo artista  
Tem que continuar...*

*Composição de João Bosco e Aldir Blanc, consagrada na voz de Elis Regina, tornou-se o hino da anistia.*



Confederação Nacional dos  
Trabalhadores em Educação  
[www.cnte.org.br](http://www.cnte.org.br)



Filada à  
**CUT**  
Confederação dos Trabalhadores em Educação

